



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO

**A desconsideração do vínculo socioafetivo na adoção à brasileira: uma  
análise à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.**

Carllyam Soares Dias

Brasília, Junho de 2015.

**CARLLYAM SOARES DIAS**

A desconsideração do vínculo socioafetivo na adoção à brasileira:  
uma análise à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Monografia apresentada como requisito necessário à  
obtenção de grau de Bacharel em Direito pela  
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. João Costa Neto

Brasília, Junho de 2015.

CARLLYAM SOARES DIAS

**A desconsideração do vínculo socioafetivo na adoção à brasileira: uma  
análise à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.**

Monografia apresentada como requisito necessário à obtenção de grau de Bacharel em Direito  
pela Universidade de Brasília.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Professor Doutor João Costa Neto  
Orientador

---

Professor Mestre Bruno Rangel Avelino  
Membro da banca

---

Professor Mestre Thiago Sombra  
Membro da banca

---

Mestrando Rafael Fonseca  
Membro suplente da banca

Brasília, 15 de Junho de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as oportunidades que me foram oferecidas nesta vida.

Agradeço, com imenso carinho e gratidão, aos meus pais, Lílíam e Carlos, por todos os ensinamentos e primordialmente por todo o amor que me dedicaram. Obrigada por terem me ensinado, desde o começo, qual caminho eu deveria seguir. Obrigada, ainda, por toda a convivência prazerosa do dia-a-dia e por aguentarem os dramas de uma universitária. Vocês são espelho em toda a minha caminhada.

Meus agradecimentos aos quatro anjos, Maria D’Aparecida, Fábio, Ruth e Sebastião, que cuidam de mim lá de cima.

Não poderia deixar de agradecer ao meu irmão, Cézar Augusto, que mesmo à distância nunca deixou de torcer por mim em toda a graduação e de me mandar pensamentos positivos.

Ao meu namorado Guilherme meus sinceros agradecimentos por todo o companheirismo e cumplicidade. E claro não poderia deixar de agradecer por sempre escutar meus lamentos e neuroses, com toda a paciência do mundo e nunca desistir de me animar quando eu mais achava que não iria dar conta de concluir uma “missão”, como ele chamaria em seu meio profissional.

Como não agradecer as minhas amigas de infância, adolescência, juventude e velhice, Bruna e Camila, obrigada por todos esses anos de sincera amizade que contribuíram no meu amadurecimento universitário.

Quero agradecer a todos os amigos e colegas de Universidade que de alguma forma passaram pelo meu caminho, seja por uma conversa nos corredores da FD, ou um trabalho em grupo, ou mesmo por discussões em sala de aula. Aos amigos do grupo “UnBlindos” por todas as conversas e conselhos. Obrigada a elas, Cristina e Débora, que com toda certeza não serão apenas amigas do Direito ou mesmo psicólogas, como brincávamos, e sim eternas amigas que eu sempre terei comigo.

Agradeço muito ao meu professor e orientador João Costa Neto que desde o final do ano passado acreditou e se empolgou com o meu tema me dando incentivos para continuar.

Por fim, agradeço à Universidade de Brasília por ser um lugar que inspira seus alunos e que obviamente também me inspirou, por ser um lugar aberto a todas as opiniões e diversidades da vida.

## RESUMO

A adoção regular no Brasil é guiada pela Lei 12.010/09, bem como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90. Entretanto, cumprir todos os procedimentos legais dessa lei pode parecer algo demorado para algumas famílias, que com essa e outras justificativas, praticam a adoção à brasileira, ou seja, registram filho alheio em nome próprio. Embora tal prática seja considerada crime, quando o adotado à brasileira forma com a sua nova família o vínculo socioafetivo, o Superior Tribunal de Justiça legitima essa nova relação familiar. A Corte Superior, entretanto, permite na adoção à brasileira que em caso de erro, vício de consentimento, os pais adotantes anulem o registro de nascimento, autorizando também a anulação deste registro quando é o filho adotado à brasileira quem pleiteia tal rompimento. Dentro desse cenário, será analisada a contradição em se autorizar a adoção à brasileira com justificativa na formação do vínculo socioafetivo e na proteção do melhor interesse do menor e também se permitir que tal vínculo seja substituído pelo vínculo biológico quando o indivíduo adotado à brasileira assim requer, gerando efeitos diversos de uma adoção regular que também é respaldada pelo vínculo social e afetivo.

**Palavras-Chaves:** adoção à brasileira; adoção regular; vínculo socioafetivo; vínculo biológico; direitos sucessórios.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1: DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	9
1.1 A mudança do registro de nascimento na adoção à brasileira.....	9
1.2 A legitimação da adoção à brasileira.....	20
CAPÍTULO 2: VÍNCULO BIOLÓGICO X VÍNCULO SOCIOAFETIVO E A VERDADE REAL. ....	24
2.1 As etapas da adoção regular. ....	25
2.2 A adoção à brasileira no âmbito jurídico.....	27
2.3 Uma visão da filiação socioafetiva na legislação e na jurisprudência.....	29
2.4 Direito do adotado em procurar sua origem biológica. ....	35
CAPÍTULO 3: SOLUÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DO VÍNCULO SOCIOAFETIVO NA ADOÇÃO À BRASILEIRA. ....	40
3.1 A solução apresentada pelo Superior Tribunal de justiça. ....	41
3.2 A multiparentalidade. ....	43
3.3 Indenização como forma de suprir a ausência dos pais biológicos.....	45
3.4 A impropriedade do rompimento do vínculo socioafetivo.....	46
CONCLUSÃO .....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

## INTRODUÇÃO

Durante a vigência do Código Civil de 1916 e, principalmente, antes da aprovação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a adoção de crianças e de adolescentes não produzia para os adotados os mesmos efeitos legais que hoje são produzidos. Com a instauração da nova legislação civil, o Código Civil de 2002, bem como com a alteração da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pela Lei nº 12.010/09 e, ainda, com o forte papel da atual Constituição Brasileira, a adoção passou a ser mais valorizada e respeitada pela sociedade e também pelo ambiente jurídico brasileiro.

Todo esse arcabouço legislativo busca ampliar as facilidades e os meios para a ocorrência de uma adoção. Almeja-se cada vez mais garantir, de forma mais rápida e segura, que uma criança ou um adolescente adotado tenham uma nova família, com iguais direitos e deveres dos filhos biológicos.

Entretanto, no Brasil, também ocorre a prática de adoções irregulares, as chamadas adoções à brasileira. Nesse tipo de adoção, um casal registra filho alheio como se fosse seu próprio filho, burlando, assim, as etapas de uma adoção regular e lícita. Essa falsificação do registro de nascimento da criança ou do adolescente pode ser em relação a um dos pais como também em relação aos dois.

Contudo, como será exposto, a adoção à brasileira, na maioria dos casos, é legitimada pelo Poder Judiciário, tendo em vista a consolidação do vínculo socioafetivo construído entre os pais adotantes e o adotado e a proteção do melhor interesse do menor.

Nesse tipo de adoção, o Superior Tribunal de Justiça, entende que o (s) pai (s) adotante (s) não pode (m) pleitear frente ao Poder Judiciário a desconstituição do registro de nascimento que realizou caso já tenha se estruturado e firmado com o adotado o denominado laço socioafetivo, a não ser em casos de vício de consentimento.

Todavia, quando é o filho adotado à brasileira quem busca a sua paternidade biológica, ele tem direito não só de ir atrás da sua origem genética como também lhe é permitido substituir seu registro de nascimento e ser herdeiro dos pais biológicos. Dessa maneira, a Corte Superior permite o rompimento do vínculo socioafetivo formado entre adotante (s) e o adotado para reconhecer a paternidade biológica com todos os seus efeitos jurídicos, inclusive sucessórios. Nessas situações torna-se permissível que o vínculo biológico se sobreponha ao vínculo socioafetivo anteriormente formado.

Sendo assim, no presente trabalho, por meio da análise de acórdãos provenientes do Superior Tribunal de Justiça, juntamente com a utilização de ensinamentos doutrinários e análises acadêmicas, será exposta a contradição dos julgamentos realizados pelo Superior Tribunal de Justiça ao se permitir a adoção à brasileira como legítima e ao mesmo tempo, se permitir que essa adoção justificada pelo vínculo socioafetivo seja desfeita. Ocorrendo, assim, o rompimento de tal laço afetivo, a fim de que o adotado tenha todos os direitos consequentes da filiação biológica e não da filiação socioafetiva.

Assim, se o STJ reconhece a adoção à brasileira como legítima, a fim de reconhecer que uma nova família se formou, como se fosse na adoção regular, então há uma contradição quando ele também reconhece que na adoção à brasileira o adotado tem direito a herança dos pais biológicos, já que na adoção regular isso não é possível. Ocorre, desse modo, uma diferenciação entre os efeitos gerados pela adoção à brasileira e os efeitos consequentes da adoção regular, sendo que nas duas ocorre a constituição do vínculo socioafetivo entre adotantes e adotado.

Além disso, a permissão do Judiciário para que ocorra o rompimento do vínculo socioafetivo para que o adotado à brasileira receba a herança de seus pais biológicos pode enfraquecer a tese de que a verdade biológica não é sinônimo da verdade real em uma relação familiar.

No primeiro capítulo serão elencadas algumas decisões emanadas pelo Superior Tribunal de Justiça que justificam a quebra do vínculo socioafetivo entre adotante (s) e adotado, com a substituição do registro de nascimento, para que o adotado à brasileira receba a herança proveniente de seus pais biológicos. Em seguida serão analisados julgados que mostram a possibilidade de reconhecimento da adoção à brasileira, ainda que esta seja, a princípio, um ato delituoso.

Já no segundo capítulo serão expostos argumentos que fortalecem o argumento de que há uma contradição nos entendimentos formados pela Corte Superior e, ainda, considerações que afirmam que a desconsideração do vínculo socioafetivo está em desacordo com o ordenamento jurídico, principalmente com a Carta Magna.

Ao final, serão apresentadas possibilidades de entendimentos possíveis para o deslinde da questão que não se coadunam com a ideia de rompimento da filiação socioafetiva já estabelecida na adoção à brasileira.



## **CAPÍTULO 1: DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Neste capítulo serão expostas decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que demonstram que um indivíduo adotado à brasileira pode pleitear a substituição do seu registro de nascimento para constar o nome de seus pais biológicos sem nem ter convivido com eles, mesmo quando já tenha construído com o (s) adotante (s) à brasileira o vínculo socioafetivo. Serão apresentadas também decisões em que a Corte Superior legitima a adoção à brasileira e entende que ela não deve ser desfeita quando entre o adotante e o adotado já foi criado o vínculo socioafetivo.

Posteriormente à exposição do caso concreto e suas peculiaridades serão demonstrados os argumentos utilizados pelos Ministros para fundamentar seus correspondentes entendimentos.

Após a leitura de todas as decisões sobre adoção à brasileira julgadas pelo STJ foram escolhidos aleatoriamente os julgados aqui analisados. Estabelecendo-se apenas a divisão da análise dos acórdãos em relação a quem estava pleiteando a anulação do registro de nascimento, se era o filho adotado à brasileira ou o pai adotante.

O Superior Tribunal de Justiça foi escolhido como parâmetro por ser um Tribunal de unificação de entendimentos e, assim, se apresenta como um órgão do Poder Judiciário que é referência para os tribunais de primeira e segunda instância.

Cumprе esclarecer que os nomes das pessoas envolvidas nos casos concretos serão apresentados apenas por suas iniciais.

### ***1.1 A mudança do registro de nascimento na adoção à brasileira.***

Na adoção à brasileira, o Superior Tribunal de Justiça está construindo sua jurisprudência no sentido de que é possível que o adotado receba a herança dos seus pais biológicos, ainda que tenha formado com os seus pais adotantes à brasileira o vínculo socioafetivo. Acerca desse assunto destaca-se o seguinte julgamento proferido no Recurso Especial nº 1.274.240/SC, Dje: 15/10/2013:

FAMÍLIA. FILIAÇÃO. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E PETIÇÃO DE HERANÇA. VÍNCULO BIOLÓGICO. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. IDENTIDADE GENÉTICA. ANCESTRALIDADE. DIREITOS SUCESSÓRIOS. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 1.593; 1.604 e 1.609 do Código Civil; ART. 48 do ECA; e do ART. 1º da Lei 8.560/92.

1. Ação de petição de herança, ajuizada em 07.03.2008. Recurso especial concluso ao Gabinete em 25.08.2011.
2. Discussão relativa à possibilidade do vínculo socioafetivo com o pai registrário impedir o reconhecimento da paternidade biológica.
3. A maternidade/paternidade socioafetiva tem seu reconhecimento jurídico decorrente da relação jurídica de afeto, marcadamente nos casos em que, sem nenhum vínculo biológico, os pais criam uma criança por escolha própria, destinando-lhe todo o amor, ternura e cuidados inerentes à relação pai-filho.
4. A prevalência da paternidade/maternidade socioafetiva frente à biológica tem como principal fundamento o interesse do próprio menor, ou seja, visa garantir direitos aos filhos face às pretensões negatórias de paternidade, quando é inequívoco (i) o conhecimento da verdade biológica pelos pais que assim o declararam no registro de nascimento e (ii) a existência de uma relação de afeto, cuidado, assistência moral, patrimonial e respeito, construída ao longo dos anos.
5. Se é o próprio filho quem busca o reconhecimento do vínculo biológico com outrem, porque durante toda a sua vida foi induzido a acreditar em uma verdade que lhe foi imposta por aqueles que o registraram, não é razoável que se lhe imponha a prevalência da paternidade socioafetiva, a fim de impedir sua pretensão.
6. O reconhecimento do estado de filiação constitui direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado, portanto, sem qualquer restrição, em face dos pais ou seus herdeiros.
7. A paternidade traz em seu bojo diversas responsabilidades, sejam de ordem moral ou patrimonial, devendo ser assegurados os direitos sucessórios decorrentes da comprovação do estado de filiação.
8. Todos os filhos são iguais, não sendo admitida qualquer distinção entre eles, sendo desinfluyente a existência, ou não, de qualquer contribuição para a formação do patrimônio familiar.
9. Recurso especial desprovido<sup>1</sup>

No caso apresentado, a ação foi proposta originariamente pela recorrida “N.F.R.” contra os recorrentes “J.G.Z. E OUTROS”, no intuito de que sua paternidade biológica fosse reconhecida com todos seus efeitos. Alegando para tanto, em suma, que foi registrada pelo marido de sua mãe, o qual, entretanto, não era seu pai biológico.

A sentença entendeu como sendo o pedido parcialmente procedente e, assim, declarou a paternidade lastreada na prova do DNA; determinou ainda a modificação do registro de nascimento e por fim entendeu que a recorrida seria legítima herdeira necessária de seu pai biológico. O acórdão não deu provimento à apelação apresentada pelos recorrentes que, desse modo, interpuseram recurso especial, o qual foi desprovido pelos motivos a seguir apresentados.

Como expõe a Ministra relatora NANCY ANDRIGHI, a lide diz respeito à possibilidade ou não de a paternidade socioafetiva, construída entre a recorrida e seu pai adotivo, prevalecer sobre o vínculo biológico. Em seu voto, a relatora expõe que:

---

<sup>1</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.274.240/SC. Ministra Relatora: ANDRIGHI, Nancy. Terceira Turma. Julgamento em: 08/10/2013. Publicado no Dj em: 15/10/2013. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&livre=1274240&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=1274240&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO)>. Acessado em: 23/03/15

10. Esse amplo reconhecimento da paternidade/maternidade socioafetiva pela doutrina e jurisprudência, bem como a possibilidade dela, inclusive, prevalecer sobre a verdade biológica, em algumas hipóteses, trata-se de uma quebra de paradigmas, haja vista que o direito brasileiro, notadamente em razão do desenvolvimento tecnológico, que permitiu a realização de exames genéticos precisos acerca do vínculo biológico (DNA), tinha a tendência de sempre priorizar a genética. Um exemplo disso é a própria possibilidade de rescisão da sentença transitada em julgado, quando lhe sobrevém prova que definitivamente exclui a paternidade.

11. Trata-se do fenômeno denominado pela doutrina como a “desbiologização da paternidade”, o qual leva em consideração que a paternidade e a maternidade estão mais estreitamente relacionadas à convivência familiar que ao mero vínculo biológico. (...)

A Ministra ANDRIGHI continua e acrescenta dizendo que a prevalência do vínculo socioafetivo sobre o vínculo biológico é importante para proteger o interesse da criança ou do adolescente. Afirma para tanto que permitir o rompimento do reconhecimento de paternidade ou maternidade fundada em uma relação afetiva poderia extirpar do indivíduo adotado a sua construção de identidade e de definição de sua personalidade.

Entretanto, entende que esse cenário se altera quando quem busca o reconhecimento da paternidade biológica é o filho adotado à brasileira. Assim, com o intuito de justificar seu posicionamento e manter a decisão proferida na sentença e no acórdão recorrido, possibilitando que a recorrida tenha garantido direitos patrimoniais relativos a seu pai biológico, afirma que:

19. Note-se que, até mesmo nas hipóteses em que a adoção foi legalmente efetivada, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei 12.010/09, assegura-se ao adotado o direito de conhecer sua origem biológica (art. 48 da Lei 12.010/09). A diferença é que, como houve o rompimento definitivo do vínculo familiar, essa investigação não gera consequências de cunho patrimonial.

20. Já nas denominadas “adoções à brasileira”, em que uma pessoa simplesmente registra a criança como se fosse seu filho, embora, de fato, não caiba anulação do registro de nascimento (salvo hipótese de erro), por iniciativa daquele que fez a declaração falsa, diante da voluntariedade expressada (art. 1.604 do CC/02) e da necessidade de se proteger os interesses do próprio “adotado”, se a pretensão for investigatória e advier da própria vontade do filho interessado, lhe é assegurado o direito à verdade e a todas as suas consequências, incluindo as de caráter patrimonial.

Logo, restou possibilitado à recorrida, que foi adotada à brasileira, não só o conhecimento das suas origens biológicas, como também o reconhecimento de todos os efeitos sucessórios consequentes do vínculo sanguíneo. Prevalecendo assim, para fins hereditários, o vínculo genético sobre o vínculo socioafetivo.

No mesmo sentido, em uma decisão sem unanimidade, com um voto vencido, foi julgado o caso expresso pelo Recurso Especial de nº 1.167.993/RS, Dje: 15/03/2013, ementado da seguinte maneira:

DIREITO DE FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE E MATERNIDADE AJUIZADA PELA FILHA. OCORRÊNCIA DA CHAMADA "ADOÇÃO À BRASILEIRA". ROMPIMENTO DOS VÍNCULOS CIVIS DECORRENTES DA FILIAÇÃO BIOLÓGICA. NÃO OCORRÊNCIA. PATERNIDADE E MATERNIDADE RECONHECIDOS.

1. A tese segundo a qual a paternidade socioafetiva sempre prevalece sobre a biológica deve ser analisada com bastante ponderação, e depende sempre do exame do caso concreto. É que, em diversos precedentes desta Corte, a prevalência da paternidade socioafetiva sobre a biológica foi proclamada em um contexto de ação negatória de paternidade ajuizada pelo pai registral (ou por terceiros), situação bem diversa da que ocorre quando o filho registral é quem busca sua paternidade biológica, sobretudo no cenário da chamada "adoção à brasileira".

2. De fato, é de prevalecer a paternidade socioafetiva sobre a biológica para garantir direitos aos filhos, na esteira do princípio do melhor interesse da prole, sem que, necessariamente, a assertiva seja verdadeira quando é o filho que busca a paternidade biológica em detrimento da socioafetiva. No caso de ser o filho - o maior interessado na manutenção do vínculo civil resultante do liame socioafetivo - quem vindica estado contrário ao que consta no registro civil, socorre-lhe a existência de "erro ou falsidade" (art. 1.604 do CC/02) para os quais não contribuiu. Afastar a possibilidade de o filho pleitear o reconhecimento da paternidade biológica, no caso de "adoção à brasileira", significa impor-lhe que se conforme com essa situação criada à sua revelia e à margem da lei.

3. A paternidade biológica gera, necessariamente, uma responsabilidade não evanescente e que não se desfaz com a prática ilícita da chamada "adoção à brasileira", independentemente da nobreza dos desígnios que a motivaram. E, do mesmo modo, a filiação socioafetiva desenvolvida com os pais registrais não afasta os direitos da filha resultantes da filiação biológica, não podendo, no caso, haver equiparação entre a adoção regular e a chamada "adoção à brasileira".

4. Recurso especial provido para julgar procedente o pedido deduzido pela autora relativamente ao reconhecimento da paternidade e maternidade, com todos os consectários legais, determinando-se também a anulação do registro de nascimento para que figurem os réus como pais da requerente.<sup>2</sup>

Nesse caso, a demanda teve início com um ajuizamento de ação de investigação de paternidade e maternidade cumulada com anulação de registro por "C.C.S." em face de "A.L." e "F.S.C.", ao descobrir que estes seriam seus pais biológicos e que tinha sido adotada à brasileira por "C.A.C." e "A.M.C.". Na sentença, o juiz decidiu que "A.L." e "F.S.C." deveriam ser considerados pais biológicos da autora da ação, para todos os fins de direito, inclusive para os fins sucessórios, negou, apenas, efeito constitutivo à sentença, no sentido de determinar que o registro de nascimento não deveria ser alterado.

<sup>2</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.167.993/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 18/12/2012. Publicado no Dj em 15/03/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200902209722&dt\\_publicacao=15/03/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200902209722&dt_publicacao=15/03/2013)>. Acessado em: 24/03/2015

O acórdão que julgou à apelação, ao contrário da sentença, julgou totalmente improcedente o pedido da autora, conforme descrito no relatório do Recurso Especial, alegando para tanto que:

2. As normas legais que estabelecem limite temporal para o exercício do direito de desconstituir a paternidade registral visam consolidar a paternidade socioafetiva, sendo também um imperativo de equilíbrio, segurança e estabilidade social. Inteligência do art. 1.614 do CCB. 3. Mostra-se flagrantemente descabida a investigação de paternidade, quando resta consolidada a relação jurídica de paternidade socioafetiva com o pai e a mãe registraes.

Contudo, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, figurando como recorrente do recurso em análise fundamentou que deveria ocorrer a anulação do registro de nascimento de “C.C.S.”, a fim de que fosse constituído novo registro constando o nome de seus pais biológicos.

O Recurso Especial foi julgado procedente, com o intuito de reconhecer a paternidade e maternidade biológica de “C.C.S.”, com todos os efeitos legais, bem como a anulação do registro de nascimento dos pais adotivos, pela maioria dos Ministros da Quarta Turma, nos termos do voto do Ministro relator LUIS FELIPE SALOMÃO, a seguir exposto.

No caso em exame, o relator descreveu seu voto no mesmo sentido do voto acima citado, afirmando que a filiação biológica e a filiação socioafetiva são espécies do gênero filiação. Sendo que esta última não pode ser desfeita quando é o pai registral quem ajuíza uma ação negatória de paternidade. Contudo, o entendimento da Corte se expressa pela possibilidade da anulação do registro de nascimento original se é o filho adotado à brasileira quem busca desfazê-lo para inserir no registro seus pais biológicos. Com esse entendimento o Ministro relator afirmou que:

Havendo paternidade socioafetiva coincidente com a registral, impede-se seja vindicado “estado contrário ao que resulta do registro de nascimento”, mesmo em caso de “falsidade do registro” (art. 1.604 do CC/02), para que aquele que deu causa à invalidade não se beneficie da própria torpeza em prejuízo ao interesse do filho, que em nada contribuiu para a situação.

Por outro lado, sendo irrevogável a adoção legal (art. 39, § 1º, do ECA), não pode receber tratamento diferenciado e mais benéfico quem faz uso de expediente irregular censurado por lei, como é a “adoção à brasileira”.

Porém, no caso de ser o filho - o maior interessado na manutenção do vínculo civil resultante do liame socioafetivo - quem vindica esse estado contrário ao que consta no registro civil, parece claro que lhe socorre a existência de “erro ou falsidade” para os quais não contribuiu.

Afastar a possibilidade de o filho pleitear o reconhecimento da paternidade biológica, no caso de “adoção à brasileira”, significa impor-lhe que se conforme com essa situação criada à sua revelia e à margem da lei.

No voto, o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO afirma que a paternidade biológica não se desfaz com a prática ilícita da adoção à brasileira, ainda que os atos para o feitiço desse

procedimento tenham sido considerados nobres. E, assim, os laços de afeto formado entre os adotantes e o adotado não são capazes de afastar os direitos do adotado decorrentes da sua filiação biológica, não podendo, dessa maneira, ocorrer equiparação entre a adoção regular e a adoção à brasileira.

Resta consignado no voto vencedor que:

Havendo paternidade socioafetiva coincidente com a registral, impede-se seja vindicado "estado contrário ao que resulta do registro de nascimento", mesmo em caso de "falsidade do registro" (art. 1.604 do CC/02), para que aquele que deu causa à invalidade não se beneficie da própria torpeza em prejuízo ao interesse do filho, que em nada contribuiu para a situação.

Por outro lado, sendo irrevogável a adoção legal (art. 39, § 1º, do ECA), não pode receber tratamento diferenciado e mais benéfico quem faz uso de expediente irregular censurado por lei, como é a "adoção à brasileira".

Porém, no caso de ser o filho - o maior interessado na manutenção do vínculo civil resultante do liame socioafetivo - quem vindica esse estado contrário ao que consta no registro civil, parece claro que lhe socorre a existência de "erro ou falsidade" para os quais não contribuiu.

Afastar a possibilidade de o filho pleitear o reconhecimento da paternidade biológica, no caso de "adoção à brasileira", significa impor-lhe que se conforme com essa situação criada à sua revelia e à margem da lei.

Por fim, o relator registrou que a tese de que a autora da ação tem apenas interesses patrimoniais na desconstituição de seu registro de nascimento, não merece prosperar, uma vez que seu pai biológico é aposentado pelo INSS e tinha, em 2004, uma renda de R\$ 707,02 (setecentos e sete reais e dois centavos). Sustentou também que o fato de não existir afetividade entre a autora da ação e seu pai biológico não é sua culpa, pois não escolheu ter sido adotada.

No caso concreto, o Ministro MARCO BUZZI expressou entendimento contrário aos outros Ministros, consignando que o pedido do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, ora recorrente, deveria ser negado.

O citado Ministro em seu voto-vista entendeu que o vínculo socioafetivo construído entre os adotantes e a adotada, por mais de quarenta anos, não seria capaz de ser substituído pelo vínculo biológico. Como bem destaca BUZZI a lide não se trata da mera busca da adotada por sua origem biológica, mas sim pelo pleito de que esta origem, fundada laços de sangue, substitua os laços de afeto consolidados por mais de quarenta anos:

Destaco, desde já, que a busca da verdade biológica é direito da personalidade resguardado pelo ordenamento jurídico pátrio, independentemente da existência de anteriores pais registrais, cuja paternidade consolidou-se através dos laços afetivos. Contudo, a presente lide se dá unicamente pelo enfoque da substituição da paternidade socioafetiva pela biológica e a consequente alteração registral.

Com o intuito de reforçar a sua posição, no sentido de que o vínculo socioafetivo não pode simplesmente ser suplantado pelo vínculo biológico, o Ministro MARCO BUZZI aduz que:

Com esse enfoque, é que se impõe reconhecer que a alegada dúvida da recorrente acerca da sua paternidade, data venia, já foi debelada pelos próprios fatos da vida. Ou seja, C. A. C e A. M. C., que promoveram seu registro civil, foram e são, efetivamente, os seus pais, ainda que possa estar ausente o liame de consangüinidade. E C. A. C e A. M. C., hoje já falecidos, fls. 34/35, exerceram a paternidade por mais de 45 (quarenta e cinco) anos, lapso de tempo suficiente para consolidar esse vínculo no plano familiar e social.

Não vejo como dar prevalência ao liame biológico em detrimento do registral, com sólidas raízes fincadas no plano familiar e social. Não vejo como afirmar, decorridos mais de 50 anos, tendo em vista que a autora conta hoje 52 anos de idade, fl. 33, que a verdadeira paternidade é a biológica e não a registral.

Afinal, a verdade, em matéria de paternidade e filiação, está longe de ser absoluta e não se prende a critério único, ou seja, além do vínculo biológico, além do vínculo registral, existem os vínculos social e afetivo.

Desse modo, o referido Ministro acredita que se o Estado defende o vínculo socioafetivo, criado pelo companheirismo, convivência, afeto, com o objetivo de proteger as relações familiares, tal vínculo não pode ser facilmente desfeito e substituído por uma verdade genética, que nem sempre é a mais importante.

O Ministro continua e destaca que não é porque o vínculo é oriundo de uma adoção à brasileira que ele deve ser rompido, em suas palavras: “com efeito, mesmo que a filiação socioafetiva decorra de “adoção à brasileira”, ato, a princípio, ilegal, merecedor de reprovação inclusive na esfera criminal, no caso em tela, estão presentes todos elementos aptos a caracterizar a posse do estado de filho: *tractatio, nominatio e reputacio*.”

Ao contrário do que entendeu o Ministro relator, o Ministro MARCO BUZZI não pactuou da tese de que é possível e devido o reconhecimento de paternidade biológica com desconstituição do registro de nascimento quando é o filho adotado à brasileira quem busca essa troca. Nos seus dizeres:

Conquanto, no caso supracitado haja peculiaridade do interesse prevalente do menor, bem como identidade reversa dos pólos da demanda em relação ao feito em análise, a conclusão para a controvérsia dos autos deve ser a mesma; pois, embora presente conduta ilegal e reprovável - adoção à brasileira -, pondera-se que na outra mão encontram-se os princípios da dignidade da pessoa humana, da segurança jurídica e da identidade registral. Ou seja, embora tenha ocorrido adoção à brasileira, esta foi seguida da consolidação de laços afetivos que culminaram no reconhecimento da paternidade socioafetiva.

Nesse ponto, consigno que o fato de a própria filha ter ingressado com a ação de investigação de paternidade em nada altera a presente conclusão, porquanto, as relações familiares devem estar respaldadas pela boa-fé, como todas aquelas que se submetem ao direito civil, não sendo crível que uma pessoa, após conviver durante quase meio século na condição de filha de um casal, após a morte desses, compareça em juízo pugnando pela desconconsideração de tal vínculo, e “escolha” pelo vínculo biológico, cujos pais não participaram, na condição de efetivos genitores, durante a sua criação.

Desse modo, o cancelamento do registro denota grave ataque à ordem já estabelecida, de modo duradouro, acarretando insegurança à relação social e jurídica, pois, além de não retratar a verdade familiar, gera incerteza no seio social, visto que aquela antes tida como filha de seus pais registrais, agora ostentará condição de descendente em relação a outros com os quais jamais conviveu. (Grifo no original)

Cumpre frisar ainda que importante ponto foi suscitado pelo Ministro MARCO BUZZI ao afirmar que no caso em questão não ocorreu nenhum vício de vontade no registro, uma vez que os pais biológicos consentiram com a adoção, tanto que a mãe biológica de “C.C.S.”, foi sua madrinha. Destacou-se também o fato de que desde os 14 (quatorze) anos de idade a adotada sabia da verdade e só aos 47 (quarenta e sete anos) buscou esse rompimento.

Desta feita, no decorrer de todos esses argumentos o Ministro MARCO BUZZI divergiu do entendimento do Ministro relator, realçando ao final, que não nega o direito de conhecimento à origem biológica da adotada, mas sim o seu requerimento de desconstituição do registro de nascimento.

Outro caso de grande relevância que retrata o assunto ora debatido foi exposto no Recurso Especial nº 1.256.025, Dje: 19/03/2013, o qual teve como relator o Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA. A demanda teve início com uma ação de investigação de paternidade cumulada com anulação de registro civil intentada pela ora recorrente, “V.A.R.”, em desfavor de “L.M.G”, sucessora do seu pai biológico, “N.S.G”. Para tanto, aduziu que foi registrada pelo segundo companheiro de sua mãe, “P.B.R.”, como se fosse filha dele. Contudo, após 32 (trinta e dois) anos, alega que foi procurada pela mãe e irmãos do pai biológico, desvendando, assim, a sua paternidade biológica. Afirma ainda que ficou sabendo que seu pai biológico já teria falecido mas que teria manifestado o interesse de reconhecer a sua paternidade. Com a finalidade de corroborar o seu requerimento juntou aos autos o exame de DNA para comprovar a filiação sanguínea.

A princípio, a sentença deu procedimento ao pedido de “V.A.R.” entendendo que não teria ocorrido a formação do vínculo socioafetivo porque o companheiro de sua mãe teria registrado “V.A.R.” apenas quando ela tinha 6 (seis) anos de idade com o intuito de que ela não passasse por nenhum constrangimento social. Em seguida, o Tribunal de Justiça reformou a decisão para julgar improcedente o seu requerimento ao consignar que estariam firmados os elementos da paternidade afetiva entre a autora e seu pai adotivo, e que, desse modo, esta paternidade deveria ser priorizada frente à paternidade biológica. Inconformada, a ora recorrente, ajuizou esse recurso, descrito pela seguinte ementa:



DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. VÍNCULO BIOLÓGICO COMPROVADO. "ADOÇÃO À BRASILEIRA". PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE AO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE BIOLÓGICA BUSCADA PELA FILHA REGISTRAL.

1. Nas demandas sobre filiação, não se pode estabelecer regra absoluta que recomende, invariavelmente, a prevalência da paternidade socioafetiva sobre a biológica. É preciso levar em consideração quem postula o reconhecimento ou a negativa da paternidade, bem como as circunstâncias fáticas de cada caso.
2. No contexto da chamada "adoção à brasileira", quando é o filho quem busca a paternidade biológica, não se lhe pode negar esse direito com fundamento na filiação socioafetiva desenvolvida com o pai registral, sobretudo quando este não contesta o pedido.
3. Recurso especial conhecido e provido<sup>3</sup>.

O Ministro relator concluiu pelo provimento do requerimento da recorrente por entender, mais uma vez, que, para o reconhecimento e a anulação do registro de nascimento original, na adoção à brasileira seria necessário avaliar por parte de quem surge esse pedido. Ponderando assim que:

Ainda que o Direito venha construindo um novo conceito de família, traduzindo-a como núcleo de afetividade, daí suas várias formas de composição hoje reconhecidas, creio que não se pode estabelecer regra absoluta que recomende, invariavelmente, a prevalência da paternidade socioafetiva sobre a biológica. É preciso levar em consideração quem postula o reconhecimento ou a negativa da paternidade e as circunstâncias de cada caso.

Desta feita, quando é o filho (a) adotado (a) à brasileira quem busca a desconstituição do registro de nascimento, torna-se cabível tal anulação.

O Ministério Público em seu parecer descreveu que a genitora teria escondido de sua filha a verdade sobre a sua paternidade e, assim, por sua culpa a recorrente só descobriu sua paternidade biológica quando adulta. Afirma que:

Ora, fere a razoabilidade, na hipótese dos autos, a tese da socioafetividade como forma de levar a um juízo de improcedência. Como visto, socioafetividade houve, ainda que pela via inversa, entre a autora e os avós e tios paternos. Negar o direito de ver-se registrada com o nome do pai biológico seria negar o direito a seus origens, direito esse já negado antes pela genitora, representando o desacolhimento nova penalidade a que, desde cedo, viu-se envolvida em uma farsa orquestrada pela própria genitora.

<sup>3</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.256.025/RS. Ministro Relator: NORONHA, João Otávio de. Terceira Turma. Julgamento em: 22/10/2013. Publicado no Dj em 19/03/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201101188534&dt\\_publicacao=19/03/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201101188534&dt_publicacao=19/03/2014)> Acessado em: 26/03/2015.

Nesse sentido o Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA expôs que como a recorrente não teve parcela de culpa na ocultação de sua origem genética que ela tem o direito de mudar o seu registro de nascimento, declarando para tanto que:

Diante desse cenário, não contraditado pelo acórdão recorrido, negar à recorrente o direito de ver reconhecida sua origem biológica implica inaceitável afronta ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, com base no qual se assegura a qualquer pessoa ter esclarecida sua verdade biológica. Todavia, ainda que se reconheça presente a filiação socioafetiva com o pai registral, não se pode descuidar que decorre da chamada "adoção à brasileira", situação que tem na sua origem um vício de falsidade, não se podendo impor à investigante, ora recorrente, que se conforme com situação inverídica criada à sua revelia e à margem da lei.

A recorrida no REsp nº 1.256.025, sucessora do pai biológico da também recorrente, sustentou que o interesse desta seria apenas econômico e que assim não deveria ser respaldado. O relator rechaçou completamente esse argumento, confirmando seu entendimento no sentido de que o reconhecimento da paternidade deve sim ser concretizado com todos os consectários legais dele decorrentes.

Outro julgado sempre citado pelos Ministros do STJ quando se deparam com um caso de adoção à brasileira é o Recurso Especial nº 833.712/RS, Dje: 04/06/2007, relatado pela Ministra NANCY ANDRIGHI, resumido pela seguinte ementa:

DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E MATERNIDADE. VÍNCULO BIOLÓGICO. VÍNCULO SÓCIO-AFETIVO. PECULIARIDADES.

- A "adoção à brasileira", inserida no contexto de filiação sócio-afetiva, caracteriza-se pelo reconhecimento voluntário da maternidade/paternidade, na qual, fugindo das exigências legais pertinentes ao procedimento de adoção, o casal (ou apenas um dos cônjuges/companheiros) simplesmente registra a criança como sua filha, sem as cautelas judiciais impostas pelo Estado, necessárias à proteção especial que deve recair sobre os interesses do menor.

- O reconhecimento do estado de filiação constitui direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado sem qualquer restrição, em face dos pais ou seus herdeiros.

- O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, estabelecido no art. 1º, inc. III, da CF/88, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, traz em seu bojo o direito à identidade biológica e pessoal.

- Caracteriza violação ao princípio da dignidade da pessoa humana cercear o direito de conhecimento da origem genética, respeitando-se, por conseguinte, a necessidade psicológica de se conhecer a verdade biológica.

- A investigante não pode ser penalizada pela conduta irrefletida dos pais biológicos, tampouco pela omissão dos pais registraes, apenas sanada, na hipótese, quando aquela já contava com 50 anos de idade. Não se pode, portanto, corroborar a ilicitude perpetrada, tanto pelos pais que registraram a investigante, como pelos pais que a conceberam e não quiseram ou não puderam dar-lhe o alento e o amparo decorrentes dos laços de sangue conjugados aos de afeto.

- Dessa forma, conquanto tenha a investigante sido acolhida em lar "adotivo" e usufruído de uma relação sócio-afetiva, nada lhe retira o direito, em havendo sua insurgência ao tomar conhecimento de sua real história, de ter acesso à sua verdade

biológica que lhe foi usurpada, desde o nascimento até a idade madura. Presente o dissenso, portanto, prevalecerá o direito ao reconhecimento do vínculo biológico.

- Nas questões em que presente a dissociação entre os vínculos familiares biológico e sócio-afetivo, nas quais seja o Poder Judiciário chamado a se posicionar, deve o julgador, ao decidir, atentar de forma acurada para as peculiaridades do processo, cujos desdobramentos devem pautar as decisões.

Recurso especial provido.<sup>4</sup>

A ação inicial de investigação de paternidade e maternidade foi proposta pela recorrente “M.G.A.”, em face de “N.O.F.” (pai investigado), e do espólio de “M.V.” (mãe investigada). A recorrente afirma que é filha biológica dos recorridos, mas que foi registrada no cartório por “R.D.F.” e “H.E.F.” Alega ainda que foi entregue aos seus pais adotivos porque seu pai biológico engravidou sua mãe biológica que trabalhava para os pais dele, sendo assim, ela foi obrigada a se afastar do investigado e sua família.

A sentença de primeiro grau declarou procedente o pedido da requerente para reconhecer a filiação biológica alegada. Já o acórdão recorrido reformou a sentença e julgou improcedente o pedido, determinando que a verdade socioafetiva deva prevalecer sobre a verdade biológica.

No voto em debate, a Ministra relatora consignou que não se pode cercear alguém do seu direito de conhecer sua origem biológica, colocar óbice a essa busca seria afrontar a própria Constituição Federal, desta feita, destacou que:

Acresça-se à premissa anterior, que não é correto impedir uma pessoa, qualquer que seja sua história de vida de ter esclarecida sua verdade biológica.

Ademais, o reconhecimento do estado de filiação constitui direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado, portanto, sem qualquer restrição, em face dos pais ou seus herdeiros.

O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, estabelecido no art. 1º, inc. III, da CF/88, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, traz em seu bojo o direito à identidade biológica e pessoal (...)

Diante do cenário descrito, a Ministra relatora afirmou que é necessário avaliar em cada caso concreto quando que um vínculo socioafetivo deve sobrepor-se a uma filiação biológica. Na trama em exame, a Ministra relatora acredita que deve sim ser reconhecida a paternidade e maternidade sanguíneas, pois ocorreu um “arranjo” quando a filha adotada foi obrigada a ser afastada de seus pais biológicos para que a imagem de seu pai, jovem com um

<sup>4</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 833.712/RS. Ministra Relatora: ANDRIGHI, Nancy. Terceira Turma. Julgamento em: 17/05/2007. Publicado no Dj em 04/06/2007. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200600706094&dt\\_publicacao=04/06/2007](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200600706094&dt_publicacao=04/06/2007)>. Acessado em: 30/03/2015.

padrão econômico expressivo na época dos fatos, não fosse “manchada” aos olhos da sociedade, sendo obrigada sua mãe biológica a entregá-la, ainda bebê, a outro casal.

Frente a essas peculiaridades, a Ministra relatora entendeu que:

Dessa forma, conquanto tenha a investigante sido acolhida em lar “adotivo” e usufruído de uma relação sócio-afetiva, nada lhe retira o direito, em havendo sua insurgência ao tomar conhecimento de sua real história, de ter acesso à sua verdade biológica que lhe foi usurpada, desde o nascimento até a idade madura. Presente o dissenso, portanto, prevalecerá o direito ao reconhecimento do vínculo biológico.

Com esses argumentos, a relatora Ministra NANCY ANDRIGHI deu provimento ao recurso especial, restabelecendo a sentença que julgou procedente o pedido declaratório de maternidade e paternidade pleiteado pela requerente.

Esses são alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça que admitem que o vínculo socioafetivo seja substituído pelo vínculo biológico quando é o filho adotado à brasileira quem assim requer judicialmente.

### ***1.2 A legitimação da adoção à brasileira.***

Em princípio, a adoção à brasileira também intitulada como adoção simulada é uma afronta tanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Lei 12.010/2009, que dispõem sobre as normas legais para uma adoção regular, como ao Código Penal, o qual tipifica tal ato como uma conduta criminosa. Porém, como será visto adiante, na maioria dos casos, a fim de se preservar o adotado e seus interesses, a adoção realizada de maneira ilegal, em que o (s) adotante (s) registra filho alheio como se fosse sua própria prole, não pode ser facilmente desfeita, pois com a quebra desse vínculo familiar o adotado ficará prejudicado.

Segue jurisprudência em que o Superior Tribunal de Justiça mesmo sabendo ser um caso de adoção à brasileira, realizada, a princípio, de forma contrária à lei, legitimou tal ato tendo em vista proteger a criança adotada:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE REGISTRO CIVIL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO GENÉRICA - RECURSO ESPECIAL, NO PONTO, DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284/STF - ADOÇÃO À BRASILEIRA - PATERNIDADE SÓCIO-AFETIVA - IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE DE DESFAZIMENTO - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a clara indicação do dispositivo, em tese, violado, bem assim em que medida o aresto a quo teria contrariado lei federal, o que in casu não ocorreu com relação à pretensa ofensa ao artigo 535 do Código de processo Civil (Súmula n. 284/STF).

2. Em se tratando de adoção à brasileira, a melhor solução consiste em só permitir que o pai-adotante busque a nulidade do registro de nascimento, quando ainda não tiver sido constituído o vínculo de sócio-afetividade com o adotado.

3. Recurso especial improvido.<sup>5</sup>

Nesse julgamento do Recurso Especial nº 1.088.157/PB, DJe: 04/09/2009, a recorrente, “L.M.F.T.” que é a segunda esposa e viúva do pai adotivo da recorrida, “S.A.T.”, pretende conseguir declaração de nulidade de registro civil de nascimento da recorrida, feita por seu ex-marido, para tanto argumenta que: seu ex-marido antes de falecer tinha dito que se arrependeu de ter declarado a recorrida como sua filha, afirmando ainda que o lapso temporal decorrido não seria um empecilho para a invalidação do registro.

Na decisão de primeira instância ficou estabelecido que o pedido seria improcedente, e em segunda instância o pedido também foi negado por se entender que não existiam provas no que diz respeito a vontade do falecido pai adotante em desconstituir a adoção e ainda que tivessem não seria possível essa quebra do vínculo, uma vez que a paternidade foi reconhecida de maneira espontânea configurando, desse modo, uma adoção irrevogável.

Cumprе frisar que da época do julgamento desse Recurso Especial fazia trinta e oito anos que a recorrida tinha uma relação de pai e filha com o seu adotante. Primeiramente, no que tange ao reconhecimento da adoção à brasileira, o Ministro relator MASSAMI UYEDA argumentou que:

De plano, sobreleva deixar consignado que a invalidade dos atos jurídicos que refletem no estado das pessoas não pode ser tratada da mesma maneira daquela que eventualmente pode eivar os demais atos da vida civil, isto porque aqueles geram efeitos que não se circunscrevem na esfera meramente patrimonial e, portanto, de disponibilidade das pessoas. Nesta linha de raciocínio é inviável deixar de reconhecer que a adoção, ainda que à moda brasileira, gera para o registrado a posse do estado de filho.

Conforme consignado pelo relator, por mais que a adoção à brasileira seja um ato, a primeira vista, eivado de vício legal, ela não pode ser simplesmente invalidada juridicamente por envolver direitos que vão muito além de simples danos patrimoniais. No voto, o Ministro MASSAMI UYEDA continua e afirma que nessa relação que começou de maneira controversa à lei, entre o ex-marido da recorrente e a recorrida foram criados laços socioafetivos que, em

---

<sup>5</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.088.157 /PB. Ministro Relator:UYEDA, Massami. Terceira Turma. Julgamento em: 23/06/2009. Publicado no Dj em 04/08/2009. Disponível em:<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200801995643&dt\\_publicacao=04/08/2009](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200801995643&dt_publicacao=04/08/2009)>.Acessado em: 18/03/2015.

muitos casos, perpassam laços sanguíneos, e, dessa forma, a adotada não pode simplesmente ficar à margem da tutela jurídica.

Nesses termos, o Ministro relator afirmou que:

É dizer, em outras palavras, que, a despeito de não corresponder à verdade real, a posse do estado de filho, gera uma aparência de modo a fazer com que todos manifestem a crença em uma realidade que, na verdade, não existe, mas nem por isso merece ficar à margem da tutela jurídica, notadamente diante do fato de que se formam laços afetivos entre o registrando e o registrado, vínculos estes que muitas vezes são até mais fortes do que os sanguíneos.

No voto da relatoria ficou registrado que se o próprio pai adotivo tivesse buscado o fim da adoção à brasileira, antes que se construísse com o adotado o vínculo de sócio-afetividade, talvez fosse possível ocorrer a desconstituição de tal relação. Entretanto, não é o que se apresenta no caso dos autos. Neste, nem foi o próprio pai adotante quem se manifestou pela ruptura da adoção realizada. Ainda que fosse ele quem tivesse requerido a anulação não seria cabível tal desconstrução jurídica do vínculo de filiação estabelecido, uma vez que como demonstrou o Ministro relator:

É dizer, portanto, que quem adota à moda brasileira não labora em equívoco, ao revés, tem pleno conhecimento das circunstâncias que gravitam em torno de seu gesto e, ainda assim, ultima o ato. Nestas circunstâncias, nem mesmo o pai, por arrependimento posterior, pode se valer de eventual ação anulatória postulando desconstituir o registro, afinal *nemo auditur propriam turpitudinem allegans*.

Ainda sobre a possibilidade de reconhecimento da adoção à brasileira é interessante o que restou consignado no seguinte acórdão:

DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. EXAME DE DNA NEGATIVO. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. Em conformidade com os princípios do Código Civil de 2002 e da Constituição Federal de 1988, o êxito em ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica e também de que não tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar. Vale dizer que a pretensão voltada à impugnação da paternidade não pode prosperar, quando fundada apenas na origem genética, mas em aberto conflito com a paternidade socioafetiva.

2. No caso, as instâncias ordinárias reconheceram a paternidade socioafetiva (ou a posse do estado de filiação), desde sempre existente entre o autor e as requeridas. Assim, se a declaração realizada pelo autor por ocasião do registro foi uma inverdade no que concerne à origem genética, certamente não o foi no que toca ao desígnio de estabelecer com as então infantes vínculos afetivos próprios do estado

de filho, verdade em si bastante à manutenção do registro de nascimento e ao afastamento da alegação de falsidade ou erro.

3. Recurso especial não provido.<sup>6</sup>

Nesse Recurso Especial nº 1.059.214/RS, Dje: 12/03/2012, tendo como relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, o deslinde da questão faz referência ao recorrente, “P.P.S.G.”, o qual alega a necessidade da anulação das certidões de nascimento das duas meninas que ele registrou como filhas, ora recorridas, juntamente com a mãe, “J.S.G.” E OUTROS. Ele sustenta que depois do casamento foi induzido a registrar as requeridas como suas filhas, quando na realidade não eram. O recorrente assevera que ainda que tenha ocorrido o vínculo social e afetivo com as meninas, a verdade real que, pra ele, seria a filiação biológica, deve prevalecer à paternidade socioafetiva. Alega ainda a ocorrência de erro de vontade.

Na sentença restou decidido que o pedido deveria ser julgado improcedente, pois ainda que o exame de DNA demonstre a filiação biológica esta não poderia superar a construção da filiação socioafetiva. O acórdão manteve o entendimento da sentença, e aos dizeres da Desembargadora MARIA BERENICE DIAS estabeleceu que: “sendo a filiação um estado social, comprovada a posse do estado das filhas, não se justifica a anulação de registro de nascimento. Existência de vínculo socioafetivo entre as partes. A narrativa do próprio autor demonstra a existência de relação parental (...).”

No voto da relatoria quando do julgamento do Recurso Especial o Ministro LUIS SALOMÃO entendeu também no sentido de que embora o DNA tenha surgido como forma de ajudar no Direito de Família ele não deve ser visto como uma prova capaz de apagar vínculos de afeto que foram formados anteriormente ao seu feito.

Desse modo, não há dúvida, de que para a desconstituição de um registro de nascimento não basta que quem registrou não seja o pai biológico do registrado. É mais que imprescindível que não esteja formado, no caso concreto, um vínculo socioafetivo com o (s) adotante (s) e o adotado.

LUIS FELIPE SALOMÃO salientou que a paternidade legítima nos dias de hoje não mais pode ser vista apenas como a paternidade sanguínea, nesse sentido expôs que:

Com efeito, a paternidade atualmente deve ser considerada gênero do qual são espécies a paternidade biológica e a socioafetiva. Assim, em conformidade com os

---

<sup>6</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.059.214/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 16/02/2012. Publicado no Dj em 12/03/2012. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200801118322&dt\\_publicacao=12/03/2012](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200801118322&dt_publicacao=12/03/2012)>. Acessado em: 18/03/2015.

princípios do Código Civil de 2002 e da Constituição Federal de 1988, o êxito em ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica, e também de que não tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar.

Ressalta-se que no caso em análise o recorrente pretende desfazer um vínculo que perdurou por mais de 30 (trinta anos), ao argumento de que incorreu em erro de vontade. Conforme resta claro não há que se falar em ausência de vontade de ser pai perante uma relação que se concretizou ao longo de muito tempo.

Cumprе frisar que o requerente em seu depoimento pessoal, transcrito no voto do Recurso em na análise, fez a seguinte afirmação:

Quando já eram moças ficaram sabendo que eu não era o pai delas, eu senti muito, mas, para mim, sempre foram minhas filhas. Mesmo considerando elas como filhas entrou com o processo porque houve uma cobrança de bens adquiridos, o que é dela e o que é meu... Quer continuar sendo o pai do coração delas... (Grifo no original. fls. 264-265).

Assim, o Ministro relator entendeu que não há no caso concreto hipótese de falsidade ou erro capaz de afastar a relação socioafetiva que o próprio requerente admitiu em seu depoimento pessoal.

As decisões apresentadas retratam que a adoção à brasileira não pode ser facilmente desfeita, uma vez que o vínculo socioafetivo construído na nova família deve ser respeitado e amparado juridicamente. Depois que esse vínculo é construído na nova família, afastar o adotado à brasileira de seu lar afronta o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

## **CAPÍTULO 2: VÍNCULO BIOLÓGICO X VÍNCULO SOCIOAFETIVO E A VERDADE REAL.**

Neste capítulo, primeiramente será exposta, de maneira geral, as etapas para a efetivação de uma adoção regular. Analisar-se-á ainda como a adoção à brasileira é vista pela jurisprudência. Posteriormente, será apresentado um panorama da filiação socioafetiva, demonstrando a sua importância dentro da legislação vigente, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Por fim, serão apresentados argumentos para demonstrar que a verdade real não deve ser sinônimo da filiação biológica, uma vez que a filiação socioafetiva expressa, de fato, uma convivência familiar.



Toda essa análise será realizada com fundamentos doutrinários e também com os fundamentos proferidos pelos Ministros nos julgados apresentados no primeiro capítulo.

### ***2.1 As etapas da adoção regular.***

Nos moldes do Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir que uma criança ou um adolescente, que não tenham condições de permanecer com os pais que o geraram, possam crescer com outro amparo familiar foram elaboradas diversas etapas a serem seguidas para a adoção desse indivíduo.

Em primeiro lugar, dispõe o ECA que pode adotar aquele que, tenha no mínimo dezoito anos, qualquer que seja o estado civil, e tenha uma diferença de dezesseis anos com a pessoa a ser adotada. Ainda que a lei brasileira não traga a possibilidade de um casal homoafetivo ser pais adotantes, essa hipótese é possível desde que o juiz do caso concreto entenda como adequado, conforme elucidado por ROSENVALD E FARIAS.<sup>7</sup>

Pelos mesmos ditames legais, podem ser adotados toda criança ou adolescente até dezoito anos, que tenham consentimento para tanto, dos pais que os registraram, ou ainda, aqueles que tenham pais desconhecidos, bem como os que foram destituídos do poder familiar. Assim como exposto por ROSENVALD E FARIAS<sup>8</sup>, também pode acontecer a dispensa de autorização dos pais registrais quando estes estejam desaparecidos ou em local incerto. Ressalta-se que adultos também podem ser adotados sendo necessário seu próprio consentimento sem a obrigatoriedade da autorização dos seus genitores.

Aquele que tem a intenção de adotar deve procurar uma Vara da Infância e da Juventude para apresentar uma petição, com dados específicos descritos na Lei, a fim de expressar a sua vontade em adotar. Será, então, marcada uma entrevista com um assistente social e se forem aprovados na entrevista passarão por um curso de preparação psicossocial e jurídica, a fim de se preparem para uma possível adoção. Se o pedido de quem pretende adotar for aceito, o (s) pretendente (s) será inscrito no Cadastro Nacional de Adoção.

Assim, de forma resumida, no momento em que o juiz entender que há uma criança na lista de adoção compatível com os possíveis adotantes, ele determinará um estágio de convivência entre essa suposta família para verificar se será possível ou não a confirmação

---

<sup>7</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2011, pp. 975-976.

<sup>8</sup> Ibid., pp. 966-968.

judicial da adoção. Cumpre frisar, que essa adoção só poderá ser rompida com outra decisão judicial que determine, por algum motivo, a destituição do poder familiar.

Cumprir todas essas etapas da adoção regular, descritas aqui de maneira sucinta, é um processo longo e demorado, uma vez que o número de crianças a serem adotadas e de pais querendo adotar é muito grande. Uma pesquisa realizada pelo site do Senado Federal em maio de 2013 demonstrou que para cada criança em abrigos há seis pessoas que estão dispostas a adotá-las<sup>9</sup>. Assim, a escolha de tentar achar quem mais seja adequado para ser pai e/ou mãe de uma criança é demorada.

Ainda no que tange as informações da citada pesquisa é possível extrair que há inúmeros problemas que criam obstáculos para uma adoção rápida. No ano de 2013 registrou-se que apenas um pouco mais de 5.000 (cinco mil) das 44.000 (quarenta e quatro mil) crianças em abrigos estavam aptas e com todos os requisitos que a lei dispõe para serem adotadas. Sendo assim, há muitas crianças em abrigos, mas nem todas podem ser adotadas.

Para Sandra Amaral, do grupo De Volta pra Casa<sup>10</sup>, que registrou seu depoimento nessa pesquisa, o processo de habilitação com cursos para os candidatos a adotantes foi uma medida importante trazida pela Lei. No entanto, ainda é algo que não é bem estruturado em todas as cidades, em algumas não há pessoas preparadas para darem o curso ou mesmo pessoas que saibam como esse curso deva ser estruturado.

DANIEL USTÁRROZ, ISADORA BARTH E MANOELA CORRÊA, ao escreverem sobre “a controversa tutela jurídica da adoção à brasileira” mostraram que outros fatores que dificultam o atendimento de todas as expectativas na adoção é o fator da idade do adotado e os casos em que as crianças possuem irmãos que, preferencialmente, devem ser adotados juntos. Assim, eles expuseram que:

Por ilustração, 53% dos pais desejam crianças com, no máximo, 2 anos, quando apenas 2% das crianças cadastradas ainda não completou o segundo aniversário. Apenas 1% dos pretendentes demonstra interesse em ter um filho com idade superior a 11 anos, ao passo que 70% dos menores cadastrados possuem idade superior. Há dados dramáticos, como o fato de apenas 19% dos pretendentes admitirem adotar irmãos, enquanto 37% das crianças cadastradas aguardam em conjunto com o seu germano<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> MAUX, Ana; DUTRA, Elza. Em discussão. Adoção. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 4, nº 15, pp. 18-19, maio 2013. Disponível em: <[www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/adocao.aspx](http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/adocao.aspx)>. Acessado em: 17/03/2015.

<sup>10</sup> Ibid., p. 24.

<sup>11</sup> USTÁRROZ, Daniel; BARTH, Isadora; CORRÊA, Manoela. A controversa tutela jurídica da adoção à brasileira (comentários ao julgamento do HC 274.845/SP). Revista Jurídica, São Paulo, ano 62, nº 437, p. 46, 2014.

Retrata-se, assim, que esses e outros fatores dificultam e atrasam o processo de adoção regular, o que de certa forma estimula a prática da adoção à brasileira. Ao longo dos anos aconteceram sim inúmeros progressos em relação aos direitos dos filhos adotivos, mas, ainda há um longo caminho a se percorrer a fim de que a adoção seja um procedimento mais prático e célere para que tanto os pretendentes pais como os futuros filhos tenham maior efetividade quanto ao seu desejo de formar uma família.

## ***2.2 A adoção à brasileira no âmbito jurídico.***

A despeito da adoção regular, que deve ser guiada por todas as etapas legais acima descritas, tornou-se comum a prática da adoção à brasileira. Conforme PAULO LUIZ NETTO LÔBO, essa espécie de adoção “dá-se com a declaração falsa e consciente de paternidade e maternidade de criança nascida de outra mulher, casada ou não, sem observância das exigências legais para a adoção”<sup>12</sup>. Referida adoção é realizada fora dos preceitos legais e ocorre quando alguém registra em nome próprio criança ou adolescente que sabe não ser seu filho biológico. Embora LÔBO tenha dito que a declaração falsa é em relação à maternidade e a paternidade, essa declaração pode ocorrer por apenas uma das partes, materna ou paterna. Ainda que a falsificação materna seja mais difícil por conta do controle da maternidade do hospital ela também acontece com a ajuda de funcionários do hospital ou de outros servidores, como exposto por GEISILANE COSTA DE MATOS DE ARAUJO<sup>13</sup>, em seu artigo “adoção à brasileira e sua (i) legalidade”.

A prática da adoção à brasileira também é comum quando um dos cônjuges registra o filho do outro parceiro (a) sabendo que a criança ou adolescente não é seu filho (a) biológico.

A adoção à brasileira é tipificada pelo Código Penal como uma conduta delituosa, conforme exposto pelo art. 242 do Código Penal Brasileiro:

Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena.

<sup>12</sup> LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. Conferência proferida no “II Encontro de Direito de Família do IBD FAM/DF”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Distrito Federal, de 10 a 14 de maio de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF.

<sup>13</sup> ARAUJO, Geisilane Costa de Matos de Araujo. Adoção à brasileira e sua (i) legalidade. Informativo Consulex nº 17/2012.

Ainda que esse comportamento seja tipificado como penalmente punível tal ato raríssimas vezes é de fato punido, uma vez que nas decisões judiciais se prima pelo vínculo socioafetivo que foi criado entre o adotado e o (s) adotante (s), bem como pelo princípio do melhor interesse do menor.

Sendo assim, em casos de adoção à brasileira diante da formação de uma filiação socioafetiva na família construída aplica-se a parte do artigo 242 do Código Penal que possibilita que o juiz deixe de aplicar a pena quando o ato for praticado com alta nobreza. Em regra, quando há uma denúncia por parte do Ministério Público ou por parte de outra pessoa, os agentes ativos da adoção à brasileira não são condenados penalmente. Nesses casos verifica-se que o afastamento da criança da família que ela já se habituou lhe trará mais malefícios que benefícios e assim, legitima-se aquela nova família como uma família que deve ser respeitada para todos os fins legais e jurídicos.

De acordo com os escritos de ANNA LÚCIA WANDERLEY PONTES, no seu artigo intitulado por “a igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva”, na adoção à brasileira:

(...) os declarantes são motivados por sentimentos nobres, com a intenção de fazer com que aquela criança comece a fazer parte daquela família. Embora tal conduta não seja adequada, sendo contrária à legislação, por não atender as condições nela especificadas, a sociedade não rechaça tal conduta, mas a abraça (...) <sup>14</sup>

Contudo, pela ótica de alguns doutrinadores e estudiosos, a adoção à brasileira, embora seja legitimada, em regra, pelos tribunais, deve ser evitada, pois ela pode ser a causa de alguns outros problemas sociais, como o tráfico ilícito de pessoas ou mesmo a exploração sexual de crianças. Isso porque essa espécie de adoção não se submete a uma prévia observância do Poder Público. Quanto ao tema foi realizado um Projeto de Lei do Senado Federal 479/12, que foi apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas o qual propõe a modificação do Código Penal, a fim de que se passe a entender que incorrerá em crime de tráfico de pessoas aquele que contribuir para a adoção ilegal de crianças e adolescentes. <sup>15</sup> Este projeto ainda não foi aprovado.

Assim, de certa maneira a legitimação pelo Poder Judiciário da adoção à brasileira aparenta ser uma contradição com a legislação vigente, mas ela se apresenta como necessária

---

<sup>14</sup> PONTES, Anna Lúcia Wanderley. A igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva. Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, p. 26, 2009.

<sup>15</sup> Adoção. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 4, nº 15, . p. 38-39, maio, 2013. Disponível em: <[www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/adocao.aspx](http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/adocao.aspx)>. Acessado em: 17/03/2015.

quando é para proteger o melhor interesse da criança e do adolescente, bem como para assegurar a continuidade do vínculo socioafetivo criado entre os pais adotantes e o adotado.

Quando a adoção à brasileira é efetuada e faz gerar para a criança ou adolescente um vínculo socioafetivo com os seus novos pais, não faz sentido desfazer toda essa relação familiar já estabelecida para determinar que o adotado vá para um abrigo e espere dentro dos tramites legais uma nova família. Nesse sentido, MARIA BERENICE DIAS argumenta que:

Basta pensar que o melhor interesse de crianças e adolescentes sempre estará preservado quando os laços parentais formados forem preservados. Em outras palavras, sempre que os filhos adotivos reconhecerem como pai ou mãe aquele não habilitado, não cadastrado ou não tão bem colocado na lista, não se poderá cogitar na quebra de vínculos parentais, sob pena de se criar um novo trauma àquele que já experimentou a rejeição.<sup>16</sup>

Assim, ainda que a adoção à brasileira tenha início por uma prática ilegal o vínculo parental que é formado entre o adotado à brasileira com seus pais é o mesmo vínculo que essa criança formaria com outro casal que o tivesse adotado seguindo os procedimentos legais. Logo, após o firmamento dos laços familiares não faz sentido desfazer a família que já está formada.

### ***2.3 Uma visão da filiação socioafetiva na legislação e na jurisprudência.***

Principalmente com a consolidação da Constituição Federal Brasileira de 1988 passou-se a afirmar e a legitimar cada vez mais as diversas formas de filiação. Assim, nos dias de hoje, a filiação não deve ser resumida apenas em filiação biológica. A Carta Magna em seus artigos 226 a 230 traz um tratamento isonômico entre os filhos biológicos e os filhos adotados. NELSON ROSENVALD e CRISTIANO CHAVES DE FARIAS descrevem que com o marco constitucional “a filiação passou a ser um momento de realização humana, de plenitude existencial, seja qual for a sua origem”.<sup>17</sup>

Antes do advento da Lei Maior a adoção era tida, por grande maioria, como um ato em que uma criança era dada a um casal que não pudesse ter filhos biológicos ou para suprir a solidão de quem tinha o desejo de ser pai ou mãe e não queria passar pelo processo natural de gestação. Entretanto, com a consolidação dos direitos fundamentais do indivíduo, o ato de adotar uma criança ou um adolescente não deve e não pode ser percebido nesses moldes. A

<sup>16</sup> DIAS, Maria Berenice. Adoção e o direito constitucional ao afeto. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/adocao.dept>>. Acessado em: 29/04/15.

<sup>17</sup> FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 960.

adoção é entendida, hoje, como expõe MARIA BERENICE DIAS<sup>18</sup>, sendo um ato de amor, um ato de afeto.

Diante desse cenário, a adoção proporciona que aconteça a filiação socioafetiva, criando sinceros laços de afeto que devem ser respeitados da mesma maneira que um laço consanguíneo entre pais e filhos. Sendo assim, a Constituição Brasileira introduziu em seu texto ditames legais para a segurança dessa paridade de direitos entre os filhos biológicos e os filhos adotivos. É o que determina o artigo 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988: “os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Assim, na certa comparação feita por FLÁVIO TARTUCE<sup>19</sup>, essa norma constitucional expressa uma confirmação do direito fundamental básico, consagrado pelo artigo 5º, *caput*, da CF/88 de que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”.

Essa norma constitucional, como observa FLÁVIO TARTUCE<sup>20</sup>, foi um marco de superação para os antigos dizeres do Código Civil de 1916 que em seu artigo 332 preconizava que: “o parentesco é legítimo, ou ilegítimo, segundo procede, ou não do casamento; natural ou civil, conforme resultar de consanguinidade, ou adoção”.

Além da Carta Maior, o Código Civil de 2002 em seu artigo 1.593 preconiza que: “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.” Assim, as legislações vigentes ampliam cada vez mais a antiga ideia de que apenas a filiação biológica é que deveria ser garantida e protegida legalmente.

Logo, não há mais espaço no ordenamento jurídico brasileiro para normas ou atos jurídicos que afastem essa igualdade entre as diversas formas de filiações. Do mesmo modo que é lamentável quem ainda faz uma diferenciação entre “filiação legítima” e “filiação ilegítima”.

A formação do vínculo socioafetivo, construído na maioria das vezes por uma adoção, seja ela regular ou adoção à brasileira, entre os pais e os filhos deve ser respeitada e valorizada da mesma forma que um vínculo sanguíneo. O vínculo socioafetivo deve ser a base dos preceitos familiares, bem como deve ser utilizado como fundamento de decisões judiciais.

Desse modo, a fim de garantir que a filiação socioafetiva seja vista como tão importante quanto à filiação biológica é necessário que o Judiciário a reconheça quando ela

---

<sup>18</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito de Famílias. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 426.

<sup>19</sup> TARTUCE, Flavio; Direito de Família. 9. ed. São Paulo: Método, 2014. p.15.

<sup>20</sup> Ibid.

for constituída e também que o intérprete da lei não a desconstitua quando assim for pleiteado pelos filhos adotados.

Como percebido no julgamento dos acórdãos acima relatados, a adoção à brasileira, ainda que seja descrita como crime pelo Código Penal Brasileiro, é legitimada pela Corte Superior, permitindo que o indivíduo adotado à brasileira, que tenha construído um vínculo socioafetivo com seus pais adotantes permaneça nesse novo lar, sem que seja necessário que ele retorne a um abrigo para que ocorra uma adoção regular, seguindo os trâmites descritos na legislação. Entende-se que a autorização do pedido de busca e apreensão, realizado pelo Ministério Público em casos de adoção irregular, pode trazer mais prejuízos do que benefícios para os filhos adotados. Com isso, a fim de garantir o melhor interesse da criança ou do adolescente a adoção à brasileira é mantida.

Dessa maneira, reconhecendo a adoção à brasileira quando esta tenha por consequência a formação de laços de afeto entre a nova família constituída, o Superior Tribunal de Justiça está reconhecendo que esse tipo de filiação, protegido pelos ditames constitucionais é tão importante quanto à filiação derivada de laços consanguíneos.

Entretanto, quando a mesma Corte de Justiça, na adoção à brasileira, reconhece a substituição no registro de nascimento do nome dos pais adotantes pelo nome dos pais biológicos, para todas as consequências jurídicas, depois de formado o vínculo socioafetivo, o STJ está desmerecendo a importância desse laço criado entre os adotantes e o adotado. Com esse entendimento ocorre a confirmação de que o laço biológico pode sim se sobrepor aos laços afetivos, e que, de fato não há uma igualdade entre essas filiações. Ao fazer isso, o Superior Tribunal de Justiça está desconsiderando o vínculo socioafetivo construído pela família.

Além disso, como destacou o Ministro MARCO BUZZI no Recurso Especial de nº 1.167.993, essa contradição de em um primeiro momento reconhecer a adoção à brasileira pela sua formação de laço socioafetivo e posteriormente desfazer o registro gerado com embasamento em tal laço para todos os fins jurídicos, como para direitos sucessórios, prejudica a segurança jurídica da relação familiar formada. O direito não deve privilegiar decisões que afastem a segurança jurídica, pelo contrário deve estruturar seu ordenamento no sentido de fortalecer a segurança jurídica das decisões. Nas palavras do Ministro BUZZI:

É cediço que o Direito tem como pilar a segurança jurídica, vetor que deve guiar o magistrado ao se deparar com conflitos que fogem ao cotidiano, ante a ausência de regramento jurídico específico, mormente quando na solução moderadora há o mínimo de lastro de equidade e justiça.

Esta é a hipótese dos autos, diante da ausência de previsão legislativa que socorra a lide, em face dos princípios jurídicos acima declinados, bem como da concepção moderna de filiação, a manutenção do *status quo* afigura-se a medida mais adequada, pois garante a estabilidade das relações jurídicas e mantém como pais aqueles que por anos supriram as necessidades morais, psíquicas e materiais da requerente, inserindo-a no seio familiar na condição de filha.<sup>21</sup>

Assim sendo, alterar o registro de nascimento de uma relação familiar propagada por anos, que expressa sim a verdade real obtida com fundamento na formação de laços afetivos, afasta a segurança jurídica de que as famílias construídas no seio de laços afetivos são tão famílias quanto aquelas originadas nos vínculos biológicos. Não obstante, destituir um registro de nascimento de uma adoção à brasileira, que é reconhecida e legitimada pelo Superior Tribunal de Justiça, é uma contradição com os efeitos gerados pela adoção regular. Quando a adoção à brasileira é mantida pelo Poder Judiciário ela não pode operar no mundo social e jurídico efeitos diversos daquela adoção regular que também foi consagrada pelo meio jurídico. Se a elas forem dados tratamentos diversos, mais uma vez, estará ocorrendo uma situação de insegurança jurídica, uma vez que nas duas adoções há a formação do vínculo socioafetivo.

ANTONIO CARLOS MATHIAS COLTRO expôs que embora a Carta Constitucional não fale propriamente em laços de afeto como um direito fundamental, a relação socioafetiva decorre da garantia de dignidade humana do indivíduo. Sendo assim, como os dizeres constitucionais devem ser interpretados com a realidade da sociedade, não há como negar que pelas novas formações familiares apenas os laços biológicos que devem ser protegidos, mas também os laços afetivos traçados na adoção. E essa proteção garante de fato que um filho adotado possa ser tratado de maneira igualitária a um filho gerado por vínculos sanguíneos. Nesse sentido vale ressaltar as palavras de COLTRO:

Do exposto, é perfeitamente possível concluir sobre o acerto da conclusão dirigida a encontrar a filiação socioafetiva apoio na dignidade da pessoa humana e solidariedade, indo ao encontro dos princípios do superior interesse e na doutrina da proteção integral, além de encontrar adequada moldura no art. 227, caput, da CF e no princípio igualitário adotado no art. 5º, inciso IV, e no § 6º do art. 227, disto resultando como corolário o reconhecimento, quanto aos pais e filhos fruto da filiação socioafetiva, dos direitos e deveres previstos para uns e outros, no âmbito das relações familiares.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.167.993/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 18/12/2012. Publicado no Dj em 15/03/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200902209722&dt\\_publicacao=15/03/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200902209722&dt_publicacao=15/03/2013)>. Acessado em: 28/03/2015

<sup>22</sup> COLTRO, Antonio Carlos Mathias. O fundamento constitucional da filiação socioafetiva. In: Revista do advogado, v. 32, n.117, p. 17, out.2012.



Dessa maneira, frente à busca incessante, do Judiciário, de estudiosos e de toda a sociedade, de se garantir que o vínculo socioafetivo seja tratado da mesma maneira que um vínculo biológico não há como permitir que as decisões judiciais permitam o desfazimento de um registro de nascimento quando na relação familiar já se consagrou a formação do vínculo socioafetivo. O vínculo biológico não pode ser priorizado para efeitos jurídicos sucessórios quando o vínculo socioafetivo, que demonstra a real convivência familiar já foi firmado entre pais e filhos.

No Recurso Especial nº 1.059.214, anteriormente citado, o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO afirma que à luz do novo Código Civil bem como da Constituição Federal uma ação negatória de paternidade para ter sucesso é dependente da inexistência de origem biológica e ainda que não tenha sido formado o estado de filiação, derivado das relações socioafetivas e fortificado pela convivência familiar. Com isso, restou consignado na decisão prolatada que o pai que registrou à brasileira, conscientemente do que estava fazendo, não pode depois de formado o vínculo socioafetivo requerer a anulação do registro de nascimento do filho adotado.

A mesma explicação deveria ser propagada quando um filho adotado à brasileira busca a desconstituição de seu registro de nascimento. Não se apresenta como correto dizer que em consequência da formação de vínculo socioafetivo o pai adotante à brasileira não possa requerer o fim do registro de nascimento e se permitir que se esse pleito partir do filho adotado à brasileira o registro de nascimento pode ser desfeito. Ao se realizar esses julgamentos ocorre, mais uma vez, a insegurança jurídica, pois se estará afirmando que os laços de afeto só devem prevalecer em determinadas situações.

A jurisprudência formada pelo STJ entende que a anulação do registro de nascimento, ainda que tenha sido consolidado o vínculo socioafetivo, apenas pode ser requerida pelo (s) pai (s) adotante (s) quando ocorrer vício de consentimento quanto à esse registro.<sup>23</sup>

Assim, somente quando um dos pais passar por uma situação em que esteja claramente presente a ocorrência de erro ou falsidade, nos termos do artigo 1.601 cumulado com o artigo 1.604 do Código Civil de 2002, é que se deveria possibilitar a anulação de um registro de nascimento ainda que formado vínculos socioafetivos. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando uma mãe faz com que seu companheiro creia que o filho que ela espera é dele, sem contar a ele que, na verdade, o filho é de outro.

---

<sup>23</sup> Julgados do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido: REsp 709.608/MS, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJe 23/11/2009; REsp 1.383.408/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 30/05/2014;

No julgamento do Recurso Especial nº 1.330.404/RS, DJe 19/02/2015, o Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, expôs que, nesses casos de vício de consentimento, não há uma adoção à brasileira que precisa ser amparada pelo ordenamento jurídico, uma vez que nesse tipo de adoção os pais que registram a criança ou o adolescente possuem plena consciência do que estão fazendo, registrando filho alheio em nome próprio. Nos seus dizeres alude que:

A filiação socioafetiva, da qual denominada adoção à brasileira consubstancia espécie, detém integral respaldo do ordenamento jurídico nacional, a considerar a incumbência constitucional atribuída ao Estado de proteger toda e qualquer forma de entidade familiar independentemente de sua origem. (art.227, CF).

No ponto, oportuno anotar que o estabelecimento da filiação socioafetiva perpassa, necessariamente, pela vontade e, mesmo, pela voluntariedade do apontado pai, ao despendar afeto, de ser reconhecido como tal. É dizer: as manifestações de afeto e carinho por parte de pessoa próxima à criança somente terão o condão de convalidarem-se numa relação de filiação, se, além da caracterização de estado de posse de filho, houver, por parte daquele que despende afeto, a clara e inequívoca intenção de ser concebido juridicamente como pai ou mãe daquela criança.<sup>24</sup>

Desse modo, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça permite a desconstituição do vínculo socioafetivo, com a consequente anulação do registro de nascimento da criança ou do adolescente quando o pai ou a mãe que procedeu ao registro incorrer em vício de consentimento, bem como nos casos de adoção à brasileira em que o filho adotado pleitear a mudança em seu registro de nascimento originário.

Vale destacar que a filiação socioafetiva não é respaldada apenas pela Constituição Federal Brasileira, mas também pelo Código Civil de 2002. Dentro do âmbito civilista a I Jornada de Direito Civil aprovou o Enunciado n. 103 que preconiza que:

O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na pose do estado de filho.<sup>25</sup>

Dessa maneira, claramente se observa que o meio jurídico busca a todo o momento afirmar a filiação socioafetiva como sendo uma filiação legítima como qualquer outra modalidade de filiação. Não sendo possível ocorrer a desconsideração da filiação socioafetiva simplesmente porque a adoção foi iniciada de modo irregular. Isso porque a filiação

<sup>24</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.330.404/RS. Ministro Relator: BELLIZZE, Marco Aurélio. Terceira Turma. Julgamento em: 05/02/2015. Publicado no Dj em: 19/02/2015. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=42972199&num\\_registro=201201279511&data=20150219&tipo=51&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=42972199&num_registro=201201279511&data=20150219&tipo=51&formato=HTML)>. Acessado em: 05/04/2015

<sup>25</sup> TARTUCE, 2014, p. 27.

socioafetiva não deixa de existir porque a adoção foi à brasileira, o vínculo socioafetivo também deve ser respeitado nesses tipos de adoção.

#### ***2.4 Direito do adotado em procurar sua origem biológica.***

Para assegurar e proteger a dignidade humana do indivíduo não se pode negar que os filhos adotados, ou qualquer outra pessoa em situação diversa, busque saber quem são seus pais biológicos. A chamada busca pela origem genética ou pela ancestralidade também se insere como um direito de personalidade do ser humano e assim, a qualquer um deve ser permitido conhecer e investigar sobre seus pais consanguíneos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente expressamente em seu artigo 48 garante esse direito:

Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

Logo, essa regra de se permitir que o adotado, por uma adoção regular, busque informações sobre seu passado já está disposto em legislação específica. Da mesma maneira, ainda que não exista norma sobre essa possibilidade na adoção à brasileira, não poderia ocorrer tratamento diferenciado para as pessoas adotadas à brasileira, pois a busca pela origem biológica é um direito de todos os cidadãos.

Como demonstrado acima, em casos de adoção à brasileira não se permite apenas a busca pela origem genética em um processo de investigação de paternidade, mas o Judiciário tem admitido também que o filho adotado à brasileira possa com base nessa investigação desconstituir seu registro de nascimento, alterando o nome de seus pais registraes, com os quais formou uma relação socioafetiva, pelo nome de seus pais biológicos que, em regra, não construiu um vínculo socioafetivo.

Situação diversa ocorre na adoção regular, pois nesta adoção o filho somente pode pleitear o conhecimento da sua origem genética não sendo permitido que ele altere seu registro de nascimento. Esse cenário se apresenta como o mais adequado, uma vez que confirma que o vínculo afetivo formado entre adotado e adotantes não pode ser desfeito meramente porque o adotado descobriu quem são seus pais biológicos.

Nesses moldes, FLÁVIO TARTUCE afirma que:

Frise-se que o vínculo socioafetivo não afasta a possibilidade de o filho buscar a sua ascendência genética, o que é concretização do princípio de proteção da dignidade humana. Porém, repise-se que essa ação será julgada parcialmente procedente em relação ao pai biológico, somente para declarar tal vínculo. O vínculo de filiação, contudo, deve ser mantido com o pai socioafetivo que também é pai registral, para todos os fins, inclusive de alimentos e de sucessão. Eventualmente, pode-se admitir a multiparentalidade, conforme já defendido, o que parece ser uma excelente solução, especialmente se houver consenso entre as partes envolvidas.<sup>26</sup>

Assim, resta claro que a existência de vínculos afetivos não são obstáculos para que o adotado, caso queira e entenda como necessário, busque saber quem são seus pais biológicos. Contudo, como exposto, a ação de investigação de paternidade quando realizada deveria apenas gerar efeitos declaratórios, sem se permitir que um vínculo seja sobreposto por outro, sem ocasionar assim efeitos constitutivos.

Desse modo, quando os pais registrais formam com o filho uma relação de afeto, seja adotado por vias regulares ou não, esse registro, em regra, não deveria ser passível de desconstituição, pois nas duas adoções o que se formou na nova família constituída foi o vínculo socioafetivo, vínculo esse que não é menos importante que os laços genéticos, e por isso não deveria ser substituído por ele. A substituição dos nomes dos pais registrais pelo nome dos pais biológicos, em casos de adoção à brasileira, reforça a ideia de que o vínculo sanguíneo é mais importante e que ele tem o poder de afastar laços de afeto criados pela real convivência familiar. A alteração do registro modifica toda estrutura familiar anteriormente estabelecida e concretizada.

A respeito desse tema, PAULO LUIZ NETTO LÔBO assevera que:

O estado de filiação decorrente da estabilidade dos laços afetivos construídos no cotidiano de pai e filho, constitui fundamento essencial da atribuição da paternidade ou maternidade. Nada tem a ver com o direito de cada pessoa ao conhecimento de sua origem genética. São duas situações distintas, tendo a primeira natureza de direito de família, e a segunda, de direito da personalidade. As normas de regência e os efeitos jurídicos não se confundem nem se interpretam.<sup>27</sup>

A filiação na Constituição Federal Brasileira de 1988 não existe apenas em uma modalidade, ela pode ser uma filiação biológica ou não biológica, seja ela derivada de adoção regular, adoção à brasileira, ou mesmo de inseminação artificial heteróloga. Em nenhuma dessas filiações deve ser negado o direito de buscar a origem genética, mas, como indica

<sup>26</sup> TARTUCE, 2014, p. 412.

<sup>27</sup> LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. Conferência proferida no “II Encontro de Direito de Família do IBD FAM/DF”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Distrito Federal, de 10 a 14 de maio de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF. p. 53.

LÔBO, essa busca não deve ser capaz de alterar o estado de filiação já fixado e desconstituir assim, uma paternidade e maternidade estabelecidas por laços de afeto.

Nesse mesmo sentido e entendimento foi o voto do Ministro MARCO BUZZI no Recurso Especial nº 1.167.993/RS, já analisado neste trabalho, quando dissentiu do restante dos Ministros da Quarta Turma. BUZZI ressalta, do mesmo modo, que “não se pode confundir direito à impugnação registral, pleito que não assiste à autora da ação, com o direito ao conhecimento à origem genética, faculdade imprescindível e inalienável de todo o ser humano, que poderá ser exercida em ação própria, caso tenha a ora requerente interesse em fazê-lo.”<sup>28</sup> Sendo assim, não há razão para que a adoção à brasileira tenha tratamento diverso da adoção regular, e que em uma se possa desconstituir o registro de nascimento e na outra não. Embora a adoção à brasileira tenha tido início diverso da adoção regular, nas duas se consagra o vínculo socioafetivo estabelecido entre pais e filhos, as duas se guiam por essa relação de afeto.

Dessa maneira, não há razão para que se afirme que não se deve impor ao investigante, adotado à brasileira, “com situação inverídica criada à sua revelia e à margem da lei”<sup>29</sup>, a impossibilidade de anulação do registro de nascimento, conforme expressou o Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA no Recurso Especial nº 1.256.025/RS. Não se mostra cabível esse argumento porque, embora a adoção à brasileira se inicie com uma prática ilícita, ela é posteriormente reconhecida pela Corte Superior e não deve assim gerar efeitos diversos da adoção regular reconhecida por lei.

Há uma incongruência dos órgãos julgadores em legitimarem a adoção à brasileira depois de praticada e posteriormente usar o argumento de que ela retrata uma situação inverídica, para conferir ao filho adotado à brasileira o direito de desconstituir seu registro de nascimento.

Ainda que a adoção regular seja compreendida por ditames legais, ela firma-se nas relações de afeto criadas entre pais e filho da mesma maneira que a adoção à brasileira. Sendo assim, não é plausível que as duas situações que geram vínculos afetivos entre pais não-biológicos e filho tenham consequências jurídicas diferentes. É importante destacar que a

---

<sup>28</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.167.993/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 18/12/2012. Publicado no Dj em 15/03/2013. Disponível em:<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200902209722&dt\\_publicacao=15/03/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200902209722&dt_publicacao=15/03/2013)>. Acessado em: 20/05/2015

<sup>29</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.167.993/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 18/12/2012. Publicado no Dj em 15/03/2013. Disponível em:<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200902209722&dt\\_publicacao=15/03/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200902209722&dt_publicacao=15/03/2013)>. Acessado em: 21/05/2015

adoção regular, ainda que regularizada pelo âmbito normativo, também pode ocorrer com a revelia do adotado. Afinal, nem sempre quem é adotado quer estar nessa situação. Em regra, o desejo do ser humano é ter uma boa relação com seus parentes de sangue para poder construir com eles uma família. Logo, quem é adotado de maneira regular também pode vir a descobrir sobre sua origem genética muito depois da adoção ou mesmo nunca vir a ter conhecimento de que foi adotado, uma vez que tanto na adoção legal quanto na adoção irregular essa verdade sobre a adoção pode ser omitida pelos adotantes.

A tendência da jurisprudência em inverter seus argumentos quando é o filho adotado à brasileira quem busca a alteração do registro é totalmente descabida. No REsp nº 1.167.993/RS, o relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO coaduna do entendimento de que: “a ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica, e também de que não se tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificadas na convivência familiar”. Com essa afirmativa são dois os requisitos cumulativos para o sucesso da ação negatória de paternidade. Entretanto, na continuação de seu voto o Ministro expõe que situação bem diversa é quando o filho adotado à brasileira é quem pleiteia a anulação, pois ele não contribuiu para a falsidade do registro.

Contudo, cabe frisar que o filho adotado por vias regulares também não deu causa a adoção. Nenhuma criança ou adolescente pode contribuir para a sua adoção seja ela legal ou não, são os pais tanto biológicos quanto adotivos que, em regra, “contribuem” para o feitio de uma adoção.

Em se tratando ainda do voto proferido no citado Recurso Especial o relator expôs que:

Deveras, a adoção plena, nos termos da lei, introduz completamente o adotado na família adotante, fazendo nascer uma nova relação parental e cessando, em contrapartida, a filiação biológica com os pais e, de resto, todo os vínculos sanguíneos e civis com os demais parentes da família originária.

Nessa situação, é o ordenamento jurídico que – mais que permitir – ordena a cessão dos vínculos resultantes da paternidade biológica.

Porém, a chamada “adoção à brasileira” – ao contrário da adoção legal – não tem aptidão de romper os vínculos civis entre filho e pai biológicos, que devem ser restabelecidos sempre que o filho manifestar o seu desejo de desfazer o liame jurídico nascido do registro ilegalmente levado a efeito, restaurando-se, por conseguinte, todos os consectários legais resultantes da paternidade biológica, como os registraes, patrimoniais e hereditários.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.167.993/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 18/12/2012. Publicado no Dj em 15/03/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200902209722&dt\\_publicacao=15/03/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200902209722&dt_publicacao=15/03/2013)>. Acessado em: 22/05/2015

É certo que o Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece normas para a adoção regular deve ser respeitado e cumprido. Entretanto, depois que o vínculo socioafetivo resta estabelecido em uma adoção irregular não é cabível que o registro de nascimento seja anulado ante a ausência de uma legislação própria para essa adoção. Já que a adoção à brasileira é legitimada, quando descoberta, pois se fosse desfeita poderia gerar mais prejuízos para o adotado do que benefícios, o Judiciário deveria entendê-la como uma adoção irreversível capaz de romper com vínculos biológicos, sendo permitido apenas que o adotado tenha conhecimento da sua origem genética, mas não que ele tenha possibilidade de alterar o registro de nascimento inicial.

Isso porque da mesma maneira que na adoção regular, na adoção à brasileira o adotado criou uma nova relação parental, sendo inserido em uma nova família.

Para corroborar essas idéias de irrevogabilidade de uma relação em que se tenham fortalecidos os laços afetivos, FABIANE ALINE TELES GOULART afirma que: “o reconhecimento voluntário da paternidade independe de prova da origem genética. É um ato espontâneo, solene, público e incondicional. Ademais é ato pessoal, irrevogável e de eficácia *erga omnes*. O ato de reconhecimento é irretratável e indisponível, pois gera estado de filiação.”<sup>31</sup>

Desta feita, não se nega em nenhum momento o direito de que qualquer que seja a filiação, o filho tenha direito em saber quem são seus pais biológicos, saber dessa origem genética é muito importante nos dias de hoje, tanto para a completa identidade do indivíduo como também para fins profiláticos, uma vez que às vezes para a cura de alguma doença é necessário encontrar pessoas compatíveis geneticamente.

Nesse contexto conclui PAULO LUIS NETTO LÔBO:

O objeto da tutela do direito ao conhecimento da origem genética é a garantia do direito de personalidade, na espécie, direito à vida, pois os dados da ciência atual apontam para a necessidade de cada indivíduo saber a história de saúde de seus parentes biológicos próximos, para a prevenção da própria vida.<sup>32</sup>

O que se critica é o fato de que uma filiação socioafetiva seja cancelada no registro de nascimento para fazer surgir nos dados registraes nome dos pais com os quais o filho não conviveu, não criou de fato uma filiação. Cumpre frisar que a verdade real não deve ser

<sup>31</sup> GOULART, Fabiane Teles. O reconhecimento da filiação socioafetiva com seus efeitos sucessórios. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Ano XIV – nº 32. p. 26-27. Fev-Mar 2013.

<sup>32</sup> LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. Conferência proferida no “II Encontro de Direito de Família do IBDFAM/DF”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Distrito Federal, de 10 a 14 de maio de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF. p.53

sinônimo da verdade biológica, a verdade real deve ser compatível com a verdade socioafetiva, com os pais que, de fato, o adotado teve uma relação familiar. Como ensina a advogada FABIANE TELES GOULART “toda vez que um estado de filiação estiver estabelecido na convivência familiar duradoura, com a paternidade socioafetiva consolidada, esta não pode ser impugnada nem contraditada.”<sup>33</sup>

Nesse sentido, FABIANE TELES GOULART entende que:

Todavia, quando o filho já estiver um pai jurídico (biológico ou afetivo), essa perfilhação é irrevogável. Nesse caso, é cabível o ajuizamento de uma ação declaratória, com a finalidade de conhecer a ancestralidade genética, mas não para buscar um nome, a herança, o parentesco, os alimentos, porque esses direitos foram outorgados para o pai socioafetivo.<sup>34</sup>

Sendo assim, quando houver uma relação familiar socioafetiva deve ocorrer também uma proteção por parte do direito. O direito deve atuar no sentido de proteger e primar pela filiação socioafetiva, a qual gera entre os pais e filhos uma relação familiar real, de convivência diária. Essas relações socioafetivas não devem ser desfeitas ou desconstituídas para fins sucessórios, como acontece na adoção à brasileira.

É certo que nesta adoção o filho não deu causa ao registro falso realizado por seus pais adotantes, mas também é correto afirmar que em nenhum caso o filho adotado deu causa à adoção, mas, em regra, ele ganhou uma nova família que o educou, criou e o amou, não devendo assim ser registrado que pertence a uma família com a qual nem conviveu. Ele pode sim e deve, quando entender por necessário, buscar a sua história genética, para fins de conhecimento, de proteção à saúde, curiosidade, mas não lhe deve ser assegurado colocar fim na sua história de vida, na história da família que o acolheu. Não é necessário que para a busca da origem genética ocorra também a desconsideração do vínculo socioafetivo criado em uma relação familiar.

### **CAPÍTULO 3: SOLUÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DO VÍNCULO SOCIOAFETIVO NA ADOÇÃO À BRASILEIRA.**

Conforme apresentado ao longo do trabalho, a Corte Superior entende que o vínculo socioafetivo pode ser rompido na adoção à brasileira, quando o adotado à brasileira assim requer. Entretanto, como exposto, essa não é a melhor solução depois que uma família já está formada e estruturada com fulcro na convivência familiar e no vínculo social e afetivo.

---

<sup>33</sup> GOULART, 2013, p. 28.

<sup>34</sup> Ibid.



A seguir serão apresentadas soluções diferentes do predominante entendimento do Superior Tribunal de Justiça que buscam manter o vínculo socioafetivo construído em uma família.

### ***3.1 A solução apresentada pelo Superior Tribunal de Justiça.***

Como exposto no Capítulo 1, o Superior Tribunal de Justiça está consolidando sua Jurisprudência no sentido de permitir que o filho adotado à brasileira, ainda que tenha constituído vínculo socioafetivo com seus pais adotivos, possa desfazer o registro de nascimento originário para fazer um novo registro em nome de seus pais biológicos caso entenda como melhor e mais adequado.

Poder-se-ia indagar se a melhor solução para o conflito sucessório na adoção à brasileira seria a não convalidação desse tipo de adoção pelo Poder Judiciário quando tais casos se tornarem de amplo conhecimento do Estado.

Diante da deficiência do procedimento regular de adoção é necessário que o Estado e o Direito busquem conjuntamente alternativas para que o processo de adoção seja um procedimento vistosiado por pessoas especializadas, mas que também não seja tão demorado. É certo que o aprimoramento com a celeridade do processo de adoção regular pode viabilizar a diminuição de adoções irregulares.

Entretanto, uma vez realizada a adoção à brasileira não há como concordar que os Tribunais simplesmente ignorem o vínculo socioafetivo formado entre o adotado e os adotantes e cancelem toda a relação familiar já estruturada. Assim, o entendimento pelo Judiciário para anular a adoção à brasileira não se apresenta como uma solução benéfica para a criança ou adolescente, uma vez que fere o princípio do melhor interesse do menor.

Acerca desse princípio PAULO LUIZ NETTO LÔBO assevera que:

O princípio inverte a ordem de prioridade: antes, no conflito entre a filiação biológica e a não-biológica ou socioafetiva, resultante da posse do estado de filiação, a prática do Direito tendia para a primeira, enxergando o interesse dos pais biológicos como determinantes, e raramente contemplando os do filho. De certa forma, condizia com a ideia de poder dos pais sobre os filhos e da hegemonia da consaguinidade legitimidade. Menos que sujeito, o filho era objeto de disputa. O princípio impõe a predominância do interesse do filho, que norteará o julgador, o qual, ante o caso concreto, decidirá se a realização pessoal do menor estará assegurada entre os pais biológicos ou entre os pais não-biológicos. De toda a forma, deve ser ponderada a convivência familiar, constitutiva da posse de estado de

filiação, pois ela é a prioridade absoluta da criança e do adolescente (art. 227 da Constituição Federal).<sup>35</sup>

Assim, o rompimento da relação familiar criada pela adoção à brasileira não é uma solução jurídica viável, uma vez que para o menor voltar para um abrigo a fim de esperar uma adoção regular, quando ele já está estabilizado em uma família, apenas lhe causará mais transtornos.

No Recurso Especial nº 1.274.240/SC, a Ministra NANCY ANDRIGHI argumenta que na adoção regular o adotado tem direito apenas de conhecer sua história biológica não lhe sendo permitido alterar seu registro de nascimento, sob a justificativa de que na adoção regular ocorreu o rompimento definitivo do vínculo familiar.

Ainda no mesmo voto, a citada Ministra aduz que o mesmo não acontece na adoção à brasileira, pois nesta não há o rompimento definitivo do vínculo familiar, sendo possível que apenas em casos de erro os próprios pais adotivos busquem a anulação do registro e que o filho adotado à brasileira também tenha o direito de buscar a desconstituição do registro de nascimento quando quiser.

É certo que no artigo 1.635 do Código Civil de 2002 está disposto que uma das causas de extinção do poder familiar é a adoção. E ainda que no artigo 242 do Código Penal contenha norma no sentido de que registrar filho alheio em seu próprio nome constitui ação delituosa. Entretanto, como exemplificado por alguns acórdãos acima analisados, pode-se perceber que a adoção à brasileira, a qual a primeira vista se configura em crime, pode ser e geralmente é legitimada pelo Poder Judiciário quando está configurado entre o adotado e os adotantes o vínculo socioafetivo.

Assim, a partir do momento em que os Tribunais reconhecem a prática da adoção à brasileira como legítima, quando o vínculo socioafetivo passa a existir na nova família, não há porque se afirmar que nessa nova construção familiar também não há uma extinção do poder familiar biológico. Embora, a princípio, a adoção à brasileira tenha ocorrido sem uma supervisão do Estado, quando entre pais e filhos se constroem laços afetivos, estes devem ser respeitados e tratados da mesma maneira que os laços afetivos construídos na adoção regular, uma vez que o afeto não muda porque uma adoção é regular e a outra é à brasileira. Já que o

---

<sup>35</sup> LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. Conferência proferida no “II Encontro de Direito de Família do IBDFAM/DF”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Distrito Federal, de 10 a 14 de maio de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF. p. 51.

que importa, de fato, é a adaptação da criança à nova família, devendo-se primar pela configuração do laço afetivo entre pais e filhos.

Diferentemente desse entendimento da Corte Superior, no sentido de permitir que mesmo com a formação do vínculo socioafetivo o filho adotado à brasileira possa buscar a anulação do seu registro de nascimento e constituir novo registro com o nome dos pais biológicos que acabou de conhecer, a doutrina apresenta outras soluções para o deslinde da questão.

### **3.2 A multiparentalidade.**

Como a jurisprudência permite que os laços socioafetivos sejam desfeitos na adoção à brasileira, busca-se outras soluções para que esse vínculo seja mantido.

Alguns autores como CARLOS ALBERTO DABUS MALUF e ADRIANA CALDAS DO REGO FREITAS DABUS MALUF apontam a multiparentalidade como uma possível solução para que nenhum registro de nascimento seja desfeito, afirmando o seguinte:

Entende-se por multiparentalidade a possibilidade de o filho possuir dois pais ou mães reconhecidos pelo direito, biológico e o socioafetivo, tendo em vista a valorização da filiação socioafetiva, nos casos especiais já apresentados. A doutrina nesse sentido, vem admitindo a possibilidade da multiparentalidade, ou seja, uma pessoa possuir mais de um pai e/ou mãe simultaneamente, produzindo efeitos jurídicos em relação a todo eles, ou seja incide a obrigação alimentar e sucessória entre as partes.<sup>36</sup>

Entretanto, como expõe os próprios autores é preciso muito cuidado ao se entender pela aplicação dessa teoria, uma vez que de certa forma também não é justo que algumas pessoas tenham direitos sucessórios decorrentes de duas famílias distintas, enquanto a regra é que cada um tenha direito apenas a herança de um pai e uma mãe.

FLÁVIO TARTUCE, ao defender que o vínculo socioafetivo não deve ser desfeito, argumenta que quando há consenso entre as partes, a multiparentalidade pode ser uma saída, mas que isso deve ser avaliado em cada caso concreto.<sup>37</sup>

A multiparentalidade embora não seja defendida pela jurisprudência é defendida por um bom número de doutrinadores e por alguns aplicadores da lei, na intenção de que o

<sup>36</sup> MALUF, Carlos Alberto Dabus. As relações de parentesco na contemporaneidade. Prevalência entre a parentalidade socioafetiva ou biológica. Melhor interesse dos filhos. Descabimento ou reconhecimento de multiparentalidade: parecer definitivo. In: Revista nacional de direito de família e sucessões, v.1, n.1, p. 139, jul./ago. 2014.

<sup>37</sup> TARTUCE, 2014, p. 412.

rompimento do vínculo socioafetivo criado entre pais e filhos seja a última opção, ou mesmo que não exista essa possibilidade.<sup>38</sup>

Desse modo, ainda que pelas vias da aplicação da multiparentalidade o indivíduo permaneça ligado ao vínculo socioafetivo construído, talvez essa não seja a melhor solução, pois para fins legais e jurídicos estar-se-ia beneficiando certos indivíduos em detrimento de outros que possuem laços apenas com uma família. E ainda, a conciliação e a criação por dois casais de pais que não convivem pode ser prejudicial para o filho, quando menor de idade, que não teria uma certeza quanto à qual pai ou mãe deve seguir as ordens, conselhos e criação. Assim, essa conciliação entre os dois casais de pais nem sempre será proveitosa para o filho.

É necessário também ter cuidado ao aplicar a multiparentalidade para que um vínculo não seja firmado meramente para atender a anseios patrimoniais dos indivíduos. Da mesma forma que a desconstituição do registro de nascimento na adoção à brasileira com os pais socioafetivos é, aqui neste trabalho, criticado porque desperta no adotado, muitas vezes, meramente o desejo patrimonial, o reconhecimento de dois vínculos também pode culminar apenas em pleitos financeiros.

CRISTIANO CHAVES DE FARIAS e NELSON ROSENVALD examinam o tema e explanam que:

O tema, portanto, exige cuidados e ponderações de ordem prática, uma vez que admitida a pluripaternidade traria consigo inconvenientes explícitos, como uma estranha reciprocidade hereditária, além da possibilidade de estabelecimento da filiação para atender meramente a interesse patrimoniais. É que seria possível ao filho socioafetivo buscar a determinação de sua filiação biológica, apenas, para fim sucessórios, reclamando a herança de seu genitor, muito embora não mantenha com ele qualquer vinculação, ou, sequer aproximação. Ademais, poder-se-ia, com isso, fragilizar o vínculo socioafetivo estabelecido, permitindo uma busca inexorável do vínculo biológico. Até porque a concepção familiar que decorre da filiação não permite escolhas de ordem meramente patrimonial.<sup>39</sup>

Como retratado pelos autores, a busca pelo vínculo biológico não deve ser permitida para fins meramente patrimoniais superando o vínculo socioafetivo que é o vínculo familiar

<sup>38</sup> Embora, a jurisprudência não entenda pela multiparentalidade, há decisões que aplicam essa teoria, ainda que ela seja reformada em outra instância. A título de exemplo, a sentença proferida no processo de número: 2013.06.1.001874-5, julgado em 06/06/2014, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em um caso de adoção à brasileira decidiu pela multiparentalidade argumentando que esta seria melhor para o adotado, dispondo assim que: “O acatamento da multiparentalidade vem a subsidiar o melhor interesse da criança uma vez que poderá ser mantido e cuidado por várias pessoas. Mantém-se todos os vínculos de parentesco até o 4º grau e o dever de assistência se espraia para mais obrigados.”

<sup>39</sup> FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 622.

real. Cabe ao direito não permitir que o Judiciário seja utilizado como um instrumento para por fim aos laços afetivos em favor de laços meramente sanguíneos.

### ***3.3 Indenização como forma de suprir a ausência dos pais biológicos.***

Além da multiparentalidade fala-se em uma espécie de indenização por parte do (s) pai (s) biológico (s) ao filho que tenha formado outra família com laço socioafetivo. Essa solução pode ser aplicada em casos nos quais os pais biológicos tenham dado ou vendido seus filhos para outro casal com a intenção de se “livrarem” da criança ou mesmo de suas responsabilidades financeiras. PAULO LUIZ NETTO LÔBO, acerca dessa reparação, expõe que:

É razoável atribuir-lhe um crédito decorrente do dano causado pelo inadimplemento dos deveres gerais de paternidade (educação, assistência, moral, sustento, convivência familiar, além dos demais direitos fundamentais previstos no art. 227 da Constituição) por parte do genitor biológico falecido, cuja reparação pode ser fixada pelo juiz em valor equivalente ao de uma quota hereditária se herdeiro fosse. Para isso será necessário ajuizar ação de reparação de dano moral e material, habilitando-se no inventário como credor do espólio, com requerimento de reserva de bens equivalentes para garantia da ação.<sup>40</sup>

Essa saída jurídica poderia ser aplicada ao Recurso Especial nº 833.712/RS, Dje: 04/06/2007, relatado pela Ministra NANCY ANDRIGHI, acima disposto. Como já analisado nesse caso, a recorrente alega ter sido adotada à brasileira, porque sua mãe biológica, com condições financeiras ínfimas foi obrigada, pela família de seu pai biológico, com condições financeiras favoráveis, a entregá-la a outro casal, para que ninguém soubesse que seu pai biológico tinha se envolvido com a empregada da família.

Assim, nessa demanda entendeu-se que o registro de nascimento da ora recorrente deveria ser desfeito para que nele constasse o nome dos pais biológicos e desse modo, a relação socioafetiva deveria ser desconstituída em detrimento dos laços sanguíneos.

Logo, ao invés de aceitar a desconstituição da relação socioafetiva formada há anos entre a recorrente e seus pais adotivos, seria possível a aplicação dessa vertente de que os pais biológicos, favorecidos economicamente, e que tenham abandonado seus filhos biológicos devam pagar à sua prole uma espécie de indenização para ajudar na formação do filho que geraram.

No cenário apresentado pelo REsp nº 833.712/RS, em questão, como ficou comprovado que a recorrente adotada à brasileira foi entregue a outra família para que a honra

---

<sup>40</sup> GOULART, 2013, pp. 36-37.

de seu pai biológico não fosse “manchada”, seria plenamente possível que ao invés de destituir o registro originário de nascimento da recorrente, que o pai biológico pagasse a recorrente valores que lhe possibilitassem uma vida mais digna. Para que assim não se afirmasse que o vínculo socioafetivo seja menos importante que o vínculo biológico. Desconstituir o registro de nascimento, trocando os nomes dos pais que criaram a recorrente por pais que ela nem chegou a conhecer não é uma solução plausível. Agir dessa forma é afirmar que o vínculo biológico deve corresponder à verdade real.

De fato, essa possibilidade da indenização paga pelos pais biológicos aos filhos abandonados, dados, vendidos, quando esses tenham uma condição econômica favorecida, não é aplicada ainda pela jurisprudência, nos casos de adoção à brasileira. Entretanto, caso o Poder Judiciário viesse a reconhecer tal vertente como uma possibilidade para a não desconstituição do registro de nascimento daqueles indivíduos que já possuem uma família com laços socioafetivos, ela poderia ser aplicada não só aos casos de adoção à brasileira, mas, também às demandas de adoção regular. Isso porque tanto na adoção regular quanto na adoção simulada pode acontecer de pais biológicos abandonarem seus filhos apenas para não precisarem se responsabilizar por suas obrigações financeiras.

### ***3.4 A impropriedade do rompimento do vínculo socioafetivo.***

Contudo, ainda que existam essas duas opções apresentadas para que a filiação socioafetiva construída na adoção à brasileira não seja simplesmente desfeita quando o indivíduo adotado à brasileira busca suas origens biológicas, o mais importante a ser ressaltado é o fato de que um vínculo socioafetivo não deve ser desmerecido em favor de um vínculo biológico. Como exposto, a verdade real não deve ter correspondência necessária com a filiação biológica, a verdade real também pode ser compatível com o vínculo socioafetivo criado entre pais adotantes e filhos adotados, ainda que em uma adoção à brasileira.

Independentemente da solução a que se escolha o mais relevante é que não se permita que uma filiação socioafetiva seja desconsiderada em favor de uma filiação biológica, pois conforme demonstrado ao longo de todo o trabalho a filiação socioafetiva decorre da real convivência familiar, sendo assim, ela não deve ser desfeita na adoção à brasileira quando o adotado vai atrás da sua história genética.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Sobre a não permissão da anulação do registro de nascimento interessante citar também o entendimento de Claudete Carvalho Canezin e Frederico Fernando Eidt: Cumpre mencionar, ainda, uma outra situação bastante corrente, qual seja, a adoção à brasileira, que se dá quando alguém reconhece a paternidade ou maternidade

KÁTIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL argumenta que:

(...) a filiação qualquer que seja a sua origem, apresenta natureza cultural, mas não exatamente natural, embora eventualmente possa haver coincidência. Essa a razão por que se declara nas ações de estado de filiação quem é a mãe e quem é o pai, enquanto que na busca da estirpe biológica se indica a ascendência, a genetriz e o genitor, procriadores que podem ou não funcionalizar os papéis de pai e de mãe, uma vez que dependem da vivência do afeto e da responsabilidade cultivados para que a parentalidade seja edificada. Portanto, no direito à origem genética não se busca vínculo de afetividade, não se cria relação jurídica e, pouco menos, o parentesco, mas apenas se declara relação consanguínea e que possui reflexos para o futuro, como acontece com os impedimentos matrimoniais dela decorrentes. Não há direitos sucessórios, alimentares, guarda, convivência ou quaisquer outras obrigações parentais, na medida em que o parentesco não existe. Em síntese, mesmo existindo o status de filho socioafetivo, este pode buscar sua origem biológica, como direito de personalidade, pois não se cogita uma nova filiação.<sup>42</sup>

Desta feita, parentesco é aquele que se forma pela criação do dia-a-dia, pela convivência entre uma família, sendo que esse parentesco se constrói, de fato, pelos laços de afeto que pode ou não coincidir com os laços sanguíneos. E quando não houver essa coincidência, não é justo que se desfaça o registro de nascimento, que retrate o vínculo socioafetivo, meramente com fins patrimoniais.

Cumprido frisar que o vínculo socioafetivo formado em uma adoção regular tem a mesma fundamentação que o vínculo socioafetivo construído em uma adoção à brasileira. Já que o Superior Tribunal de Justiça legitima esse laço afetivo neste tipo de adoção, não há razão para que os efeitos por ele gerados sejam distintos da adoção regular.

Como visto não é benéfico para a criança ou adolescente que a adoção à brasileira, já com a constituição do vínculo socioafetivo seja desfeita, sendo então considerado um ato de alta nobreza para ser justificada. Não sendo também cabível a desconstituição de tal vínculo quando o adotado à brasileira pleiteia a substituição do seu registro, uma vez que a inserção

---

biológica de outra pessoa, mesmo sabendo que este fato não é verdadeiro. Via de regra, é o caso de uma pessoa que já possui um filho e se une a outra, sendo que esta última, movida por um sentimento de generosidade, reconhece como sendo seu o filho da primeira, a fim de formar com ambos uma família. Apesar de configurar crime de falsidade ideológica, o registro é ato irrevogável, pois emana de uma declaração de vontade sem vício de consentimento. O reconhecimento voluntário da filiação, portanto, uma vez aperfeiçoado, torna-se irratável. Por fim, conclui-se que a adoção, seja judicial, seja de fato, seja à brasileira, faz nascer, entre pais e filhos, um vínculo de amor e respeito mútuos que nenhuma lei ou nenhuma decisão judicial podem apagar, sendo tal vínculo, muitas vezes, superior ao vínculo de sangue, por ser resultado de anos de convivência e dedicação. (Grifo no original). CANEZIN, Claudete Carvalho; EIDT, Frederico Fernando. Filiação Socioafetiva: um passo do direito ao encontro da realidade. In: Revista Síntese. Direito de Família. Ano XIII - nº 69. p. 14. Dez-Jan 2012

<sup>42</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. A verdade biológica e a verdade adotiva: a construção da identidade plena do filho adotado. In: Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Ano XIV – nº 30. p. 41-42. Out-Nov 2012.

no novo registro do nome dos pais biológicos, que nunca conviveram com o seu filho, estaria superando uma verdade sobre a real paternidade daquele indivíduo.

Assim sendo, quando a Corte Superior entende que uma adoção à brasileira não deve ser desfeita porque o seu rompimento geraria muito mais prejuízos para o filho adotado à brasileira do que benefícios, não é compatível que posteriormente o mesmo órgão de jurisdição autorize o rompimento da filiação criada entre pai e filho para permitir que este altere seu registro de nascimento.

Se o Superior Tribunal de Justiça, na maioria das demandas de adoção à brasileira, consolida seu entendimento no sentido de que os pais que adotaram à brasileira não devem ser punidos pelo artigo 242 do Código Penal por sua conduta de alta nobreza, não faz sentido que posteriormente ele autorize o rompimento desse vínculo quando é o filho adotado à brasileira quem assim requer.

A desconsideração do registro de nascimento que traz um vínculo socioafetivo construído em uma família gera uma impropriedade dentro do direito, uma vez que desmerece todo o esforço jurídico em afirmar que o vínculo socioafetivo deve ser tão respeitado quanto o vínculo biológico.

A respeito da filiação socioafetiva, CARLOS ALBERTO DABUS MALUF e ADRIANA CALDAS DO REGO FREITAS DABUS MALUF explicam que:

Assim, a filiação vem, na pós-modernidade, fundada no afeto e na vontade das partes, na verdade real da convivência familiar, muitas vezes sobrepostos aos vínculos biológicos ou legais. No que tange à paternidade e à maternidade socioafetiva, dispõe o art. 1593 do Código Civil que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem”.

Ao utilizar a expressão “outra origem”, abre-se espaço para o reconhecimento da parentalidade socioafetiva, em que, embora não haja laços de sangue, está presente a afetividade, reconhecida e valorizada atualmente, tão ou mais importante do que o vínculo consanguíneo.<sup>43</sup>

Dessa maneira, autorizar que o filho adotado à brasileira, depois de ter constituído com seu pais adotantes um vínculo socioafetivo, desconstitua seu registro de nascimento é desconsiderar a filiação socioafetiva construída nessa família. Ao adotado à brasileira deve ser garantido a busca pela sua história biológica, mas não a desconstituição do seu registro de nascimento, uma vez que já estava firmada a filiação socioafetiva.

A paternidade socioafetiva na adoção à brasileira quando reconhecida deve gerar os mesmos efeitos que a paternidade socioafetiva na adoção regular gera. Como retrata VALMÔR SCOTT JUNIOR: “(...) a paternidade, mais que um dado genético, é um complexo de direitos e

---

<sup>43</sup> MALUF, 2014, p. 134.



deveres cabíveis a uma pessoa, em razão do estado de filiação, seja ele consanguíneo ou não.”<sup>44</sup>

Durante muitos anos buscou-se inserir na legislação uma norma que trouxesse igualdade para os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, preceito este que foi inserido pelo art. 227, §6º, da Constituição Federal.<sup>45</sup>

Logo, não é plausível que depois de formado o vínculo socioafetivo em uma adoção à brasileira, que pode ser reconhecida pelo STJ, admita-se que o filho adotado à brasileira escolha qual paternidade ele quer manter no seu registro de nascimento, muitas vezes meramente para fins sucessórios. É necessária a preservação da filiação socioafetiva, quando ela exista, e a permissão para que o filho oriundo de um vínculo de afeto tenha apenas o direito de buscar a sua história ancestral. Sem permitir que o vínculo socioafetivo seja substituído pelo vínculo biológico.

---

<sup>44</sup> JUNIOR, Valmôr Scott. Efeitos sucessórios da paternidade socioafetiva. 2010. Dissertação (pós-graduação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010, Santa Maria.

<sup>45</sup> Artigo 227, § 6º, da Constituição Federal: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. §6º- os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

## CONCLUSÃO

O processo de adoção regular no Brasil, como retratado ao longo deste trabalho, ainda possui muitas falhas, é um procedimento lento que não atende de forma efetiva aos anseios de todas as crianças e os adolescentes que querem ser adotados e nem os desejos de todos os interessados em adotar.

Diante desse cenário, os interessados em realizar uma adoção procuram outros meios de ter seu filho tão sonhado, seja por uma inseminação artificial ou mesmo pela chamada adoção à brasileira, tratada aqui nesta pesquisa. Cumpre ressaltar que a adoção à brasileira também ocorre com frequência quando um dos parceiros já possui filho quando casa. Nessas situações, aquele que não é o pai ou mãe biológico da criança ou adolescente pode querer registrar como seu próprio filho a criança ou adolescente, realizando assim, uma adoção à brasileira.

Como exposto, a filiação biológica foi, durante muito tempo, considerada a única filiação legítima que merecia respaldo jurídico. Entretanto, esse quadro fático se modificou e a filiação socioafetiva, que não possui laços sanguíneos, passou a ser protegida não só por decisões judiciais como também por diversas legislações e ainda pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

O vínculo socioafetivo pode sim coincidir com quem também possua um vínculo consanguíneo. Contudo, essa não é uma regra, uma vez que entre pais e filhos pode existir somente o vínculo socioafetivo, sendo que tal relação familiar merece a mesma proteção jurídica e legal daqueles que possuem também o vínculo biológico.

É certo que a adoção à brasileira, em princípio, é considerada uma conduta delituosa, porém, como analisado, a fim de se preservar os laços sociais e afetivos formados entre os pais e o adotado à brasileira, a jurisprudência permite que essa relação familiar continue a existir, considerando que o ato dos pais adotantes foi uma conduta de alta nobreza.

Todavia, como exposto, o Superior Tribunal de Justiça permite que os filhos adotados à brasileira possam anular seu registro de nascimento, proveniente dessa relação familiar socioafetiva, para realizar um novo registro de nascimento com os pais biológicos. Com esse rompimento do registro de nascimento, autoriza-se que a família construída com base no vínculo socioafetivo seja desconstituída para se preservar o vínculo biológico.

Esse cenário faz com que um vínculo de afeto, amor, convivência familiar seja substituído pelo vínculo de sangue, obstruindo a igualdade que tanto se busca entre as filiações socioafetiva e biológica. A mudança do registro de nascimento em uma família em

que já exista o vínculo socioafetivo, fazendo preponderar o vínculo biológico, demonstra que a verdade real deve ser sinônima de laços sanguíneos.

É certo que a adoção à brasileira deve ser evitada a fim de que se dificulte o tráfico de crianças. Mas depois que a adoção à brasileira é realizada e que a Corte Superior de Justiça legitima sua existência com justificativa na filiação socioafetiva e no princípio do melhor interesse do menor, esta Corte não pode contradizer-se e também autorizar o rompimento dessa filiação, através da substituição do registro de nascimento, em favor da filiação biológica.

A desconstrução da filiação socioafetiva na adoção à brasileira demonstra que a verdade real é compatível com a verdade biológica. Entretanto, sabe-se que essa correspondência não deve ser uma regra a ser seguida. Mesmo porque, em muitos casos, a desconstituição do registro de nascimento tem apenas objetivos patrimoniais.

Em qualquer tipo de relação familiar em que exista apenas o vínculo socioafetivo é permitido ao indivíduo buscar a sua história hereditária. Esse direito deve ser garantido e é um direito personalíssimo. Não é juridicamente compatível que na adoção à brasileira o adotado possa ter acesso a sua história genética e ainda se quiser possa desconstituir seu registro familiar, enquanto que na adoção regular, guiada pelo mesmo vínculo socioafetivo, o adotado apenas possa ter conhecimento de sua história biológica.

Vale ressaltar que nas duas adoções se forma o vínculo socioafetivo entre pais e filhos e que assim, em nenhuma delas deveria ser permitido que o filho pudesse desconstituir tal relação familiar para firmar um novo registro de nascimento com seus pais biológicos, com todos os efeitos jurídicos dele decorrentes. Esse ato se apresenta como um total desrespeito à concretização da filiação socioafetiva e demonstra que não há de fato uma igualdade entre as filiações.

A permissão do Superior Tribunal de Justiça nessa situação retrata uma contradição de seu entendimento em um primeiro momento de autorizar a adoção à brasileira em vista do vínculo socioafetivo e do melhor interesse do menor e em um segundo plano de autorizar que esse vínculo seja desfeito.

Criado o vínculo de parentesco socioafetivo na adoção à brasileira é correto que o Poder Judiciário legitime a relação familiar e mais correto ainda seria que a justiça não permitisse a substituição do registro de nascimento de alguém em favor meramente de um vínculo biológico. O vínculo biológico nem sempre demonstra a real relação familiar existente entre pais e filhos, uma vez que pode ocorrer do filho adotado à brasileira buscar a anulação de seu registro de nascimento apenas com interesse pecuniário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adoção. **Revista de audiências públicas do Senado Federal**. Ano 4, nº 15. p. 38-39, maio, 2013. Disponível em: <[www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/adocao.aspx](http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/adocao.aspx)>. Acessado em: 17/03/2015.

ARAUJO, Geisilane Costa de Matos de Araujo. **Adoção à brasileira e sua (i) legalidade**. Informativo Consulex nº 17/2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.059.214/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 16/02/2012. Publicado no Dj em 12/03/2012. Disponível em:<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200801118322&dt\\_publicacao=12/03/2012](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200801118322&dt_publicacao=12/03/2012)>. Acessado em: 18/03/2015.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.088.157 /PB. Ministro Relator:UYEDA, Massami. Terceira Turma. Julgamento em: 23/06/2009. Publicado no Dj em 04/08/2009. Disponível em:<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200801995643&dt\\_publicacao=04/08/2009](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200801995643&dt_publicacao=04/08/2009)>.Acessado em: 18/03/2015.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.167.993/RS. Ministro Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Quarta Turma. Julgamento em: 18/12/2012. Publicado no Dj em 15/03/2013. Disponível em:<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200902209722&dt\\_publicacao=15/03/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200902209722&dt_publicacao=15/03/2013)>. Acessado em: 24/03/2015

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.256.025/RS. Ministro Relator: NORONHA, João Otávio de. Terceira Turma. Julgamento em: 22/10/2013. Publicado no Dj em 19/03/2014. Disponível em:<[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201101188534&dt\\_publicacao=19/03/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201101188534&dt_publicacao=19/03/2014)> Acessado em: 26/03/2015.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.274.240/SC. Ministra Relatora: ANDRIGHI, Nancy. Terceira Turma. Julgamento em: 08/10/2013. Publicado no Dj em: 15/10/2013. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&livre=1274240&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=1274240&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO)>. Acessado em: 23/03/15

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.330.404/RS. Ministro Relator: BELLIZZE, Marco Aurélio. Terceira Turma. Julgamento em: 05/02/2015. Publicado no Dj: 19/02/2015. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=42972199&num\\_registro=201201279511&data=20150219&tipo=51&formato=HTML](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=42972199&num_registro=201201279511&data=20150219&tipo=51&formato=HTML) Acessado em: 05/04/2015.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 833.712/RS. Ministra Relatora: ANDRIGHI, Nancy. Terceira Turma. Julgamento em: 17/05/2007. Publicado no Dj em 04/06/2007. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200600706094&dt\\_publicacao=04/06/2007](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200600706094&dt_publicacao=04/06/2007)>. Acessado em: 30/03/2015.

CANEZIN, Claudete Carvalho; EIDT, Frederico Fernando. **Filiação Socioafetiva: um passo do direito ao encontro da realidade**. In: Revista Síntese. Direito de Família. Ano XIII - nº 69. pp. 9-23. Dez-Jan 2012.

COLTRO, Antonio Carlos Mathias. O fundamento constitucional da filiação socioafetiva. In: **Revista do advogado**, v. 32, n.117, pp. 7-17, out.2012.

DIAS, Maria Berenice. **Adoção e o direito constitucional ao afeto**. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/adocao.dept>>. Acessado em: 29/04/15.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Famílias**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. pp. 54-69; 317-336 e 425-446.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. pp. 959-1001.

GOULART, Fabiane Teles. O reconhecimento da filiação socioafetiva com seus efeitos sucessórios. In: **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**. Ano XIV – nº 32. pp. 19-41. Fev-Mar 2013.

JUNIOR, Valmôr Scott. **Efeitos sucessórios da paternidade socioafetiva**. 2010. Dissertação (pós-graduação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010, Santa Maria.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. In: **Conferência proferida no “II Encontro de Direito de Família do IBDFAM/DF”**, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Distrito Federal, de 10 a 14 de maio de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. A verdade biológica e a verdade adotiva: a construção da identidade plena do filho adotado. In: **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**. Ano XIV – nº 30. pp. 35-66. Out-Nov 2012.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. As relações de parentesco na contemporaneidade. Prevalência entre a parentalidade socioafetiva ou biológica. Melhor interesse dos filhos. Descabimento ou reconhecimento de multiparentalidade: parecer definitivo. In: **Revista nacional de direito de família e sucessões**, v.1, n.1, pp. 125-143, jul./ago. 2014.

PONTES, Anna Lúcia Wanderley. A igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**. 2009.

TARTUCE, Flavio; **Direito de Família**. 9. ed. São Paulo: Método, 2014. pp. 1-42 e 355-466.

USTÁRROZ, Daniel; BARTH, Isadora; CORRÊA, Manoela. Revista Jurídica. **A controversa tutela jurídica da adoção à brasileira** (comentários ao julgamento do HC 274.845/SP). São Paulo: Ano 62, 2014, nº 437. pp. 42-65.